

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

29 de Março a 04 de Abril de 1992 Nº 31

ANGOLA: Novas acusações agravam crise interna da UNITA

A UNITA atravessa neste momento uma das maiores crises de sua história, o movimento está sendo acusado de desrespeito aos direitos humanos, incluindo vários assassinados. O bombardeio de denúncias iniciou-se com os dissidentes Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, logo após a chegada de ambos a Portugal. Estas acusações no entanto foram mais detalhadas, durante a estadia dos dois dissidentes em Paris. Tony da Costa Fernandes informou que a UNITA é responsável pela execução de homens, mulheres e crianças e que não havia anunciado este fato há mais tempo, por temer represálias a sua família. Nzau Puna, por sua vez, afirmou que nunca teve a orientação de Savimbi para cometer uma execução, pois este teria seus próprios meios. O pior para a UNITA é que as denúncias não são lançadas apenas pelos dissidentes; o diário londrino The Guardian noticiou que funcionários das Nações Unidas afirmaram existir milhares de refugiados mantidos contra vontade em regiões controladas pela UNITA.

Todavia, o ataque mais alarmante contra a UNITA e também o seu presidente, João Savimbi, partiu de Fred Bridgeland, autor do livro "Savimbi - A Key for Africa", antigo colaborador da UNITA. Segundo jornalista, Savimbi teria executado toda a família Chingundji, temendo uma possível ameaça ao seu controle. Bridgeland afirmou ter começado a receber informações em 1987, através do amigo e dirigente da UNITA Pedro "Tito" Chingundji, atualmente desaparecido. O ex-colaborador admitiu não dispor de provas incriminatórias contra Savimbi, porém acredita ser impossível que assassinatos ocorram no interior do movimento sem o consentimento do seu líder. As acusações são tão graves e pronunciadas de forma tão segura, que até mesmo João Soares, líder do Partido Socialista português e considerado líder do lobby pró-UNITA, admitiu estar cada vez mais convencido de que a UNITA cometeu violações dos direitos humanos. Segundo o dirigente socialista, a UNITA não conseguiu adaptar-se a vida democrática.

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com Daniel Chipenda
pp.3-4

A empresa brasileira Furnas toma parte
na recuperação da infra-estrutura
elétrica angolana
p.6

Armando Guebuza expõe dúvidas
acerca dos objetivos da Renamo
p.8

Antropóloga sul-africana pede um debate
generalizado sobre direitos humanos e educação
p.11

A porta-voz do Departamento de Estado Norte-Americano, Margaret Tutwiler, considerou que as notícias sobre a morte de Tito Chingundji e Wilson dos Santos, importantes dirigentes da UNITA, parecem "cada vez mais credíveis" e fez um apelo para que a UNITA esclareça detalhadamente o que ocorreu com esses dirigentes.

A UNITA, mesmo abalada internamente, tenta rebater aos ataques acusando Fernandes de ter exigido 15 milhões de dólares para que não revelasse fatos que abalariam a direção do movimento e seu presidente. Além dessa chantagem, Tony Fernandes, juntamente com o serviço secreto militar português (DINFO), teria tentado aliciar um outro dirigente da UNITA, em visita a Portugal, o brigadeiro Chilingutilla.

A diplomacia portuguesa rebate estas acusações afirmando estar respaldada pelos demais observadores do acordo de Paz (EUA e Moscou), e acrescenta que sua preocupação no momento é desdramatizar a crise e impedir que os dois movimentos aproveitem-se do fato para por em causa os acordos de Estoril.

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

O MPLA, por sua vez, elegeu uma inteligente estratégia para enfrentar o difícil momento político. Apesar de sua rádio manter um tom forte nas acusações que faz a UNITA, os seus dirigentes de primeiro escalão dão grande destaque a reunião chamada de "Grande Família MPLA". Desta forma, enquanto a UNITA passa por uma grande crise interna, com possíveis novas dissidências, o MPLA aproveita para aglutinar os antigos militantes e exibir uma postura de partido democrata e conciliador.

No entanto, apesar do complicado quadro político em Angola, os exércitos tem continuado o processo de desmobilização. O único obstáculo aos preparativos das eleições continua a ser a recusa da UNITA em aceitar a implantação da administração governamental em todos os territórios sob o seu controle. (pp. 01 a 07)

AFRICA DO SUL: Transição e democratização terão que caminhar juntas.

Enfatizamos no "clipping" a Semana nº 29 o encaminhamento do pós-apartheid requererá a coexistência de lógicas opostas. O projeto de construção democrática terá de incorporar a temática do racismo ao buscar solucionar as diferenças sociais, culturais, econômicas, etc. A futura democracia racial sul-africana terá, mais do que nunca, de assentar-se no pluralismo e na capacidade de negociação dos atores sociais.

As reivindicações por mais educação e formação profissional visam desaquecer os graus de violência e desemprego. A violência — as estruturas do antigo sistema de segurança ainda não foram totalmente desmanteladas e não houve uma real tentativa do governo para acabar com a violência — pode se tornar um grande obstáculo para as futuras eleições gerais.

O controle de poder político é outro ponto crucial. O Partido Nacional continua a dominar um importante setor de informação e manipulação: a televisão e a rádio; grupos econômicos como a Anglo-American tendem não só controlar a economia e as finanças, mas ainda manter uma posição dominante na nova configuração do poder político. É nesse rumo^x que as peças do tabuleiro político se movimentam.

O PN apresentou propostas para discussão que foram recebidas com reservas pelo ANC; a extrema-direita continua intransigente; a extrema-esquerda — Congresso Pan-Africano (PAC) e a Organização Popular Azaniana (AZAPO) — foi convidada por Mandela para

integrar a CODESA; o ANC já anuncia sua passagem de movimento de libertação a partido político.

A transição para o pós-apartheid exigirá redefinições das forças políticas, pois o imperativo terá que ser a mesa de negociações. (pp. 10 a 12)

MOÇAMBIQUE

Avanço na cooperação empresarial com Portugal

Em uma entrevista coletiva que teve lugar em Maputo, a 18 de março, o chefe da delegação do governo moçambicano que negocia os acordos de paz com a Renamo em Roma, o ministro dos Transportes e Comunicações Armando Guebuza, apresentou um quadro pouco auspicioso, referente às negociações de paz. Ele admitiu a inexistência de confiança entre os interlocutores, destacando a intensificação dos ataques da Renamo a áreas suburbanas de diversas cidades, incluindo Maputo e Beira, e recordando que "a Renamo raramente cumpre os compromissos assumidos". Segundo Guebuza, tem ocorrido reuniões regulares entre os governos de Moçambique e da África do Sul, visando equacionar os problemas decorrentes do apoio sul-africano à Renamo, que, de acordo com um relatório da CIA norte-americana, prosseguiu até 1991, violando o Acordo de Nkomati.

Neste mesmo dia foi divulgada, no Rio de Janeiro, a efetuação de um convênio entre a Fundação Roberto Marinho, o Projeto de Melhoria das Escolas Pré-Universitárias de Moçambique e o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil em Maputo, que levará à implementação em Moçambique do projeto Vídeo Escola, desenvolvido pela FRM.

A Associação Industrial Portuense e a Associação Industrial de Moçambique assinaram no dia 28 de março um protocolo de cooperação, implicando na elaboração de um padrão de desenvolvimento empresarial para Moçambique, seguindo a fórmula de concentrar empresas que desempenhem atividades complementares, visando diminuir os custos e riscos dos empreendimentos.

Segundo Ludgero Marques, presidente da AIP, houve uma "grande receptividade" do governo moçambicano ao modelo de desenvolvimento proposto, como pode atestar a presença do presidente Joaquim Chissano na cerimônia que teve lugar após a assinatura do protocolo. Chissano, todavia, não deixou de mencionar alguns condicionantes à cooperação empresarial entre portugueses e moçambicanos. Esta cooperação terá como instância inicial a área de Formação, particularmente na formação de formadores e na formação de pessoal habilitado à gestão da produção. (pp. 8-10)

Angola: mediação tenta salvar a paz

DESDRAMATIZAR a crise e impedir que a UNITA ou o MPLA a aproveitem para pôr em causa os acordos de Estoril é a preocupação comum dos medianeiros portugueses, norte-americanos e russos.

As tomadas de posição de Washington, Moscovo e Lisboa sobre as deserções de Tony da Costa Fernandes e N'zau Puna e as alegadas violações dos direitos humanos na Jamba confirmaram, mais uma vez, a total sintonia entre as três capitais, e o Departamento de Estado reagiu enérgica e rapidamente às tentativas da UNITA de pôr em dúvida a imparcialidade do Governo português e a sua idoneidade para orientar a formação do novo exército nacional angolano.

Washington foi ao ponto de obrigar as duas partes angolanas que Portugal era o garante dos financiamentos prometidos pela Comunidade Europeia para custear as eleições e a ajuda à reconstrução de Angola.

De facto, a crise não apanhou de surpresa os meios diplomáticos ocidentais. Uma fonte diplomática francesa disse ao EXPRESSO em Paris que «quanto as duas partes angolanas estiverem convencidas que vão vencer facilmente as eleições, tudo bem. Mas quando uma delas começar a sentir que vai perder, vai de certeza fazer asneiras».

O principal mérito da diplomacia portuguesa é ter conseguido até agora, «com paciência e teimosia», manter o precário equilíbrio da paz, atenuando o impacto de todos os acontecimentos internos ou externos susceptíveis de servir de pretexto para o abandono da CCPM por parte da UNITA, que seria inevitavelmente o prelúdio de um reacender da guerra e da «safeganação» de Angola.

Ao contrário do que se poderia imaginar, a crise aberta na direcção da UNITA não afectou os trabalhos da CCPM, e nenhuma das duas partes angolanas invocou à mesa das negociações as gravíssimas acusações que vão lançando uma contra a outra em declarações públicas ou aos microfones da emissora da UNITA e do programa radiofónico do MPLA, «Angola Combatente».

Discutir Cabinda

Em Janeiro, as duas partes angolanas concordaram em incluir na agenda da CCPM a discussão da questão de Cabinda, que será abordada numa das primeiras reuniões semanais a realizar após a visita que a CCPM, acompanhada dos re-

presentantes dos mediadores e da UNAVEM, efectuará a Cabinda a 8 de Abril.

Esta semana foi conseguido um acordo sobre o montante do subsídio de desmobilização que será pago aos combatentes das forças armadas do Governo e da UNITA que não serão incorporados no futuro exército nacional.

Na próxima terça-feira, os primeiros combatentes desmobilizados entregarão as suas fardas e receberão em troca um «passaporte» e a primeira prestação do subsídio de desmobilização, equivalente a dez meses do salário auferido pelos militares governamentais. A cerimónia terá lugar em Luena, teatro da última grande batalha, na presença dos membros da CCPM e do comandante dos capacetes azuis da ONU que supervisionam todo o processo de acantonamento das tropas.

Segundo o relatório da UNAVEM, o processo de acantonamento está «praticamente concluído», encontrando-se já nas bases que lhes foram destinadas mais de 97 por cento dos efectivos declarados pela UNITA (37.000). Do lado governamental, a percentagem sensivelmente menor (70%) explica-se pelo elevado número de militares autorizados a permanecer fora das áreas de concentração, para desempenhar funções nos hospitais, serviços logísticos e de apoio aos estados-maiores.

As duas partes angolanas estão conscientes dos altos custos políticos e eleitorais de qualquer atitude que pudesse ser interpretada como uma sabotagem deliberada do processo de paz e não se atrevem a ir além das manobras dilatórias que já provocaram consideráveis atrasos. Por outro lado, os mediadores não ignoram que as tensões políticas continuarão a aumentar à medida que se aproxima a data das eleições e procuram acelerar a desmobilização, de forma a torná-la irreversível para a maioria dos combatentes.

O principal obstáculo é ainda a recusa da UNITA de aceitar a implantação da administração governamental em todos os territórios sob o seu controlo, para possibilitar o recenseamento das populações e a entrega das cédulas de eleitores. Normalizada a situação na quase totalidade das províncias de Angola, o maior problema é, obviamente, a Jamba, ou seja, a zona do Cuando-Cubango, onde está situado o quartel-general da UNITA e há elementos da população organizadas e de-

pendentes do movimento de Savimbi à espera de cumprir determinadas «missões» políticas no âmbito da próxima campanha eleitoral.

Mas agora as acusações formuladas pelos dois generais dissidentes podem vir a conseguir em tempo de paz o que os bombardeamentos massivos contra a Jamba não conseguiram durante a guerra.

N.G.

UNITA acusa a DINFO

EMBORA procurando manter um tom amigável e conciliador com os ex-companheiros de luta, os portavozes da UNITA lançam novas suspeitas. Tony Fernandes é acusado de ter tentado aliciar outros dirigentes da UNITA, nomeadamente: o brigadeiro Chilinguila, ao altura em visita a Portugal com uma delegação de militares das FAPLA e das FALA a fim de a cooperação militar luso-angolana para a formação do exército unido.

A alegada tentativa de pôr em contacto telefónico Chilinguila e Tony Fernandes teve lugar, segundo a UNITA, no Estado-Maior-Geral das Forças Armadas portuguesas e o «comandante» teria sido um oficial dos serviços secretos militares (Dinfol). Na verdade, segundo o EXPRESSO apurou, Tony da Costa Fernandes ligou para o BMOGA mas por causa de um passaporte. O oficial que atendeu a chamada, ao saber que se tratava de um alto funcionário da UNITA, tentou passar o telefone a Chilinguila, que, ao saber que se tratava de Tony da Costa Fernandes, se recusou a atender. As deserções não foram ainda oficiais. Tony Fernandes não se dá ao ator de chamado confirmado por fonte militar portuguesa.

Fonte militar admitiu que a Dinfol está a desenvolver uma «vigilância à distância» à movimentação dos dissidentes pois está querendo um segundo caso Eze Fernandes, disse a mesma fonte.

Num encontro bilateral com Salgado Puna, máximo representante da UNITA na CCPM, em Luanda, o embaixador António Monteiro, chefe de missão permanente portuguesa, reafirmou a vontade do Governo de Lisboa de tudo fazer para ajudar à consolidação do processo de paz e democratização em Angola. Quarta-feira, em Luanda, a UNITA anunciou as «suspeitas» de Tony da Costa Fernandes e de N'zau Puna.

Epilogo da história? As fontes de Wilson dos Santos e de Tito Chingunji não agora participaram certas e obrigam a reconhecer os nomes de alguns outros dirigentes da UNITA mortos ou desaparecidos: Xandova, Valdeimar Chindando, Jorge São-Jambo, Samuel Chuvak, o brigadeiro Kangundo, Valdeimata. Savimbi admite que possa ter havido alguns mas rejeita qualquer responsabilidade pessoal e lembra os inúmeros crimes cometidos pelo MPLA.

Os partidos de oposição estão armados e agilizam a crise aberta na UNITA para exigir a abertura de um debate nacional sobre as violações dos direitos humanos em Angola ao longo dos últimos 15 anos. Mas muitos angolanos rezeiam que este discurso faça «descurrir» todo o processo de paz. Os exemplos de América Latina e dos regimes comunistas mostram que é sempre perigoso abrir os arquivos secretos das ditaduras e das «guerras sujas».

EXPRESSO
28 DE MARÇO DE 1992

Problemas em Angola levam Soares a adiar viagem

MÁRIO Soares vai adiar a sua visita de Estado a Angola, que chegou a estar prevista para Maio. A atitude do Presidente fica a dever-se aos problemas criados ao processo de paz com a revelação de graves atentados aos direitos humanos, por parte da UNITA, bem como pelas

recentes dissidências no movimento liderado por Savimbi (ver caderno Internacional). Um colaborador do Presidente afirmou que «tudo leva a crer que a visita não se fará antes das eleições angolanas, como chegou a estar previsto». O mesmo informador acrescentou que

os recentes acontecimentos em Angola estão a ser seguidos atentamente por Belém. Uma outra fonte da Presidência da República afirmou, entretanto, que «a violação dos direitos humanos por parte da UNITA

não é algo a que Mário Soares seja indiferente», mas recusou-se a revelar se o Presidente tinha manifestado o seu descontentamento a Jonas Savimbi ou à direcção daquele movimento.

Nas últimas semanas, verificaram-se diversos contactos entre Belém e responsáveis angolanos com vista a uma recolha exhaustiva de informações. O resultado foi o adiamento da visita de Soares. Apesar de ter tido oportunidade de se encontrar com N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, os dois mais destacados dissidentes da UNITA, o Presidente optou por não os receber pessoalmente.

Recorde-se que Soares foi sempre acusado, ao longo dos últimos anos, de manifestar preferências pelo movimento de Savimbi. Embora Belém desautorize tal leitura, o certo é que as

relações entre o Presidente da República e a UNITA já não são o que eram.

Entretanto, fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmaram ao EXPRESSO o possível adiamento da visita de Soares, salientando que ela poderia tornar-se numa viagem «politicamente muito sensível», podendo resultar em tentativas de aproveitamento da visita por qualquer dos movimentos angolanos.

As mesmas fontes adiantam, porém, que esta «é apenas mais uma crise que não porá em causa o processo de paz, nem nada de essencial». Para os responsáveis pela Cooperação, os trabalhos na Comissão Conjunta Política-Militar estão, contraditoriamente com as acusações e jogos de palavras, a «registar avanços significativos», pelo que não há lugar a grandes preocupações.

"Grande preocupação" com crise angolana

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 28 MARÇO 1982

César Camacho

O Governo português está preocupado com os últimos incidentes em Angola, que afectam o normal desenvolvimento do processo que antecede as eleições gerais de Setembro no país. A agitação no interior da UNITA não é tranquilizadora. Mas há ainda Cabinda, o "calcanhar de Aquiles" do brilhante desempenho de Durão Barroso.

A situação em Angola, decorrente da denúncia feita por Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes sobre crimes contra a humanidade — alegadamente praticados por Jonas Savimbi e seus mais próximos colaboradores — preocupam o Governo de Lisboa, embora haja esforço para acreditar que não se trata do "adeus à paz". Mas há "som de tambores ao longe, na Jamba", segundo fonte portuguesa ligada à Comissão Conjunta Político-Militar que regula o processo em Angola.

O ministro da Defesa — que ainda recentemente realizou uma visita oficial a Angola e de lá regressou com sinais de grande optimismo — dizia ao PÚBLICO, na terça-feira, que "se vivem momentos de grande preocupação" quanto ao próximo futuro.

Preocupação que não diz só respeito à questão das divergências internas na UNITA, representadas nas deserções de Miguel N'Zau Puna, o histórico "número dois" do movimento de Savimbi, e de Tony da Costa Fernandes.

O momento que se vive é de extrema delicadeza, em particular na questão do acantonamento dos militares dos dois movimentos. O risco, a sério, reside na possibilidade de os milhares de homens dos dois lados — há meses à espera de destino — se tornarem incontrolláveis por vazio de disciplina e de comando. O próprio facto de não serem exércitos com tradição clássica da disciplina militar comporta complicações adicionais: há o risco de proliferação de actos de banditismo e de desordens, nada favoráveis à preparação do processo eleitoral

e à recomposição do poder daí decorrente.

O ministro Fernando Nogueira confirmou ao PÚBLICO que as notícias que, nos últimos dias, recebeu do general Tomé Pinto não são animadoras. Mas há que contrariar a corrente negativa e é isso que a missão permanente portuguesa está a esforçar-se por fazer no terreno. Acrescem acusações que a UNITA faz a Portugal, responsabilizando o seu Governo por apadrinhar a deserção dos dois generais de Savimbi.

Sobre esta matéria, o PÚBLICO tentou obter uma posição oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), mas a resposta da parte portuguesa continua a ser a de que "se trata de questão que interessa a um partido político, que Portugal não comenta". Do lado da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e apesar dos esforços do PÚBLICO, não foi possível estabelecer contacto com o gabinete de Durão Barroso. Todavia, fontes diplomáticas disseram que as divergências verificadas na UNITA "constituíram uma surpresa": Portugal tinha informações sobre a existência de "algum mal-estar" na organização, mas nada faria prever esta tomada de posição por parte de tão destacados elementos.

No que respeita às acusações da UNITA quanto a Portugal ter participado na deserção de Toni da Costa Fernandes e de N'Zau Puna, as

mesmas fontes garantiram que Portugal já contactou o movimento de Savimbi para, por exemplo, esclarecer que a vinda para Portugal de Tony da Costa Fernandes apenas se deve ao facto de este dirigente angolano ser portador de passaporte português — o que, de resto, acontece com bastantes quadros de todos os movimentos políticos de Angola. Essa circunstância, segundo as fontes do MNE, permitiu a entrada dos elementos transfugas em Portugal, sem que, na altura, as autoridades portuguesas tivessem conhecimento autêntico da existência de divergências na cúpula da UNITA.

Quanto às agressivas posições desta força política contra o comportamento de Portugal neste episódio, no MNE apenas se comenta que são "naturais" e até seriam "inevitáveis", acrescentando que não seria possível aos dirigentes da Jamba acusarem fosse de que fosse a Inglaterra ou os Estados Unidos, tradicionais apoiantes da organização — pelos vistos ainda não desarmada — de Jonas Savimbi. De qualquer modo, esta tipologia de reacção da UNITA não é a que mais incomoda o Governo português por, no terreno, não ter grande repercussão, não devendo ser por aí que o processo de paz virá a sair ferido nos objectivos de fundo.

A aproximação dos trabalhos de campo para se concretizarem as eleições, a celeridade com que o processo de desmobilização de militares dos dois lados tem que ocorrer, como plataforma mínima para que o auxílio internacional chegue a Angola de forma a reabilitar-lhe a economia, são os factores-chave para dar grandeza à reposição da questão da autonomia de Cabinda.

A diplomacia portuguesa ignorou — apesar da existência de indicadores sérios sobre a hostilidade dos cabindas à dependência de Luanda — que o enclave podia ser o "calcanhar de Aquiles" do brilhante processo de negociações que Durão Barroso conduziu até às assinaturas apostas no papel, em Bicesse.

Elementos da FLEC-Frente de Libertação de Cabinda, estiveram em Lisboa e falaram com responsáveis do Governo português. A divisa apresentada foi clara: não pensem em paz em Angola sem olhar para a questão de Cabinda. Na altura, a grandeza das negociações levou os mediadores portugueses a entenderem o fenómeno de Cabinda no figurino do antecedente colonial, quando a conveniência do regime e a própria noção da administração pública de então preferiam dizer que Angola começava em Cabinda e acabava no Cuando Cubango.

Acontece que Cabinda ainda não gozou o privilégio de ser uma região rica. Os cabindas, desde que Portugal se desligou das responsabilidades do que eles entendem ser o protectorado que cabia a Lisboa defender, aumentaram as pressões para a obtenção de um estatuto de autonomia, com governo próprio, segurança interna e diplomacia que nada tivesse que ver com Luanda.

Nada aconteceu durante as negociações com a UNITA e o MPLA e a estabilidade voltou.

Uma instabilidade que, agora associada à deserção dos dois proeminentes dirigentes da UNITA, naturais de Cabinda, se poderá estender ao resto de Angola. Foi nessa perspectiva que a questão foi analisada, ontem, pelo diário norte-americano "New York Times", em artigo assinado por Kenneth Noble. Para o jornal de Nova Iorque, "não são apenas as tradições étnicas e separatistas da FLEC que estão a influir. Acima de tudo é a extrema pobreza que torna a situação na região tão complexa". O jornalista norte-americano refere uma segunda verdade: "O sector do petróleo (Cabinda Gulf Oil) pouco tem feito para melhorar a vida da maioria da população do território."

O mesmo jornalista que escreve ainda que prevalece na população o sentimento de a "região ter sido sempre impiedosamente explorada, tanto pelas companhias de petróleo estrangeiras como pelo Governo de Luanda". A completa ausência de contrapartidas aos seus próprios recursos leva à natural agitação social. E o próprio bispo de Cabinda que declara sem reticências que, durante os 31 anos de luta pela independência, a situação na região nunca esteve tão má como agora". E, quando o bispo se refere a independência, quer dizer exactamente independência de Cabinda.

A partir da Jamba, uma comissão de inquérito dirigida por Jeremias Chitunda difundiu um comunicado em que acusa os dois dirigentes desertores de delitos e irregularidades várias. A acusação mais evidente é apontada a Tony Fernandes, que a direcção da UNITA cita como autor de tentativa de chantagem.

Diz o documento que Tony Fernandes, a partir de Lisboa, entre 2 e 10 de Março, pretendia obter da direcção da UNITA

a quantia de 15 milhões de dólares (mais de dois milhões de contos), a serem transferidos em prestações de 5 milhões para uma conta pessoal aberta no Banco Pinto e Sotto Mayor, de forma a que o total estivesse transferido até 21 dias antes das eleições de Setembro. Se a exigência não fosse satisfeita, segundo a direcção da UNITA, os dois dissidentes "abririam a boca o suficiente" para destruir a direcção do movimento e o seu presidente. É a mesma comissão que acusa Puna e Fernandes de terem responsabilidades no desaparecimento de Fernando Wilson Santos e Tito Chingunji, que aqueles dizem terem sido executados pelos homens de Savimbi.

Os dissidentes responderam: dizem que o inquérito de Chitunda é uma farsa e, só por si, já "representa o julgamento preliminar e sumário" de Jonas Savimbi. Por não acreditarem nem na seriedade das intenções dos dirigentes que orientam o inquérito, afirmam a sua intenção de recorrerem às instâncias internacionais, chamando a terreiro a Amnistia Internacional — à qual vão pedir o envio de uma comissão independente e isenta às regiões sob jurisdição da UNITA.

Seguem-se acusações de assassinio contra Savimbi, postas na forma de interrogação, quando Miguel N'Zau Puna pergunta quem mandou matar "intelectuais como Nicolau Vakulukuta, Valdemar Chindondo, Mateus Katalayo e Jorge Sangumba". Savimbi é acusado por Puna e Fernandes de ser o "exemplo acabado do padrinho do tribu-

lismo, do racismo e da prepotência". No documento, não há referência às acusações de chantagem enunciadas a partir da Jamba.

Cabinda na Madeira

Novidade em toda esta conflitualidade é a presença, no Funchal, do líder máximo da União Nacional para a Libertação de Cabinda, Afonso Massanga. Ontem, esteve reunido com o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim. Massanga escolheu a Madeira como exemplo do que pode ser uma região autónoma e Alberto João deu luz verde.

O pedido que Massanga fez ontem ao dirigente do PSD da Madeira foi para este "defender as pretensões dos cabindas junto do Governo de Lisboa". O líder dos separatistas de Cabinda disse aos jornalistas no Funchal que, "apesar de Savimbi, há cerca de um ano, ter dito que a solução para a questão de Cabinda devia passar por um modelo de autonomia semelhante ao que Portugal encontrou para os Açores e para a Madeira", não será esse o modelo preferido pela gente do território, que prefere a "independência total".

Entrevista com Daniel Chipenda

Patriarca para reunir "família" do MPLA

Fazer voltar o MPLA às origens é o projecto que motiva o regresso de Daniel Chipenda à vida política angolana e que ele anuncia na extensa entrevista concedida ao PÚBLICO. Um dos fundadores do MPLA, onde foi destacado comandante da luta armada, Chipenda protagonizou uma das mais importantes dissidências, quando o Partido ainda era liderado por Agostinho Neto — a Revolta do Leste. Em 1975, aderiu à FNLA, que abandonou no ano seguinte. Depois veio para Portugal, onde criou a Convergência Nacional Angolana. Nos últimos anos, seguiu um percurso cauteloso de aproximação face ao Governo de Luanda, tendo sido um dos obreiros do estreitamento das relações com os sul-africanos. Agora, a seis meses das eleições, é o regresso em força.

PÚBLICO — Começamos por abordar o processo de paz angolano. Em sua opinião, como é que está a evoluir este período de transição?

R. — Penso que, embora esteja a ter uma progressão muito lenta, as coisas estão a andar

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 28 MARÇO 1982

normalmente. Digo lenta, porque estamos mais ou menos a cinco ou seis meses das eleições e alguns aspectos ainda nem sequer foram iniciados, como é o caso da governação territorial em todo o país. As zonas controladas pela UNITA continuam inacessíveis à administração governamental. O problema do recenseamento para as eleições está a andar um tanto devagar. Mas a formação do Exército está a avançar, já acabou o primeiro curso de oficiais para as Forças Armadas Angolanas.

P. — Há alguma coisa que o preocupe nessa lentidão, ou pensa que o calendário essencial irá ser cumprido?

R. — A mim o que me preocupa é precisamente o aspecto do recenseamento para o processo eleitoral: o facto de a UNITA não deixar entrar nas suas zonas, em livre trânsito, homens e bens, sobretudo para que os outros partidos emergentes possam fazer a sua campanha nessas zonas. Isso afecta e prejudica o processo, que em si devia ser aberto e transparente.

P. — Quem é hoje, na vida política angolana, o Daniel Chipenda?

R. — Daniel Chipenda continua a ser o mesmo indivíduo que sempre se envolveu na vida política angolana. Uma vez talvez mais activo que noutras. Neste momento, naturalmente, pretendo entrar de novo numa certa actividade; só que, neste momento, começo a ter uma outra feição, se bem que nunca tivesse estado parado. Mesmo estando no Cairo como embaixador, praticamente nunca estava no Cairo. Tinha mais uma actividade de embaixador itinerante que de embaixa-

dor residente. Começo agora a querer tomar parte activa nos aspectos políticos no interior do nosso país.

P. — Como é que vê o seu próximo envolvimento?

R. — Nestes próximos dias, penso que a minha acção irá sobretudo incidir mais no aspecto político-partidário. Terei de trabalhar no sentido da plataforma de unidade de Angola. Neste momento, é fundamental trabalharmos no sentido de unir essa grande família do MPLA. Pergunta muita gente o que é que quer dizer essa "família do MPLA". O MPLA é um movimento histórico, que tem no seu seio um grande potencial humano do ponto de vista político, pois iniciou praticamente a luta política, em 1956, formou bastantes quadros políticos e, depois da luta armada, naturalmente tomou o poder e o país.

Mas o MPLA não é só aqueles que fizeram parte do MPLA/PT. São todos aqueles que, desde 1956, militaram no MPLA, entre eles muitos que não transitaram para o MPLA/PT, como eu próprio. Mas, neste momento — em que a política internacional entrou numa fase de desanuviamento, em que a guerra fria acabou, em que o cordão ideológico desapareceu —, dentro do MPLA chegou o momento de ultrapassarmos a parte sombria da nossa história, que foi precisamente a da passagem do MPLA para PT. Em 1977, o MPLA transformou-se no Partido do Trabalho; muitos ficaram de fora.

Neste momento, achamos dever reunir a família toda, pois que se avizinha a implantação do sistema democrático. Vamos sobretudo incidir no desenvolvi-

mento económico no nosso país. Pensamos que a família do MPLA unida deve ser o garante da democracia em Angola. E, uma vez que essa família engloba a maior parte dos quadros, podíamos pô-los todos ao serviço do desenvolvimento do nosso país.

Com eles, iremos esquematizar a estratégia a utilizar agora na campanha eleitoral, de forma a que a nossa participação seja realmente activa no processo. E, com a família unida do MPLA no interior e os que estão no exterior, contamos ter uma vitória não diremos absoluta, mas que nos garanta uma posição folgada no próximo Parlamento angolano, para que realmente as posições destes quadros do MPLA possam ajudar de uma forma decisiva a promover as transformações que achamos necessárias para o futuro do nosso país.

P. — Pela sua parte, admite ser um próximo dirigente do MPLA?

R. — Tudo indica que será uma nova geração que irá tomar as rédeas do poder. Neste momento, estamos mais preocupados no sentido de unir a família, de planejar a nossa participação no processo eleitoral. Mas, dentro de poucos dias, talvez no próximo mês, teremos um fórum — ainda não sabemos se será um congresso extraordinário ou uma conferência nacional do MPLA. Aí iremos decidir e traçar as linhas gerais do que será a nossa forma de agir para as próximas eleições.

P. — Esse fórum incluirá já novas adesões, novos envoltimentos de pessoas?

R. — Exactamente. Iremos aumentar o nosso apoio aos militantes e aderentes, e também, naturalmente, integraremos vários quadros que, por várias ra-

zões, tenham abandonado o MPLA noutros momentos.

P. — Há alguns casos que possa revelar?

R. — Neste momento, é ainda prematuro. Mas, "a priori", são todos os que estão mais ou menos motivados para participar de uma forma activa nesta grande reunião da família do MPLA.

P. — Quanto ao futuro político angolano, admite a criação de um sistema semipresidencial?

R. — Isso ainda não foi decidido, mas a fórmula mais próxima da nossa realidade seja talvez um sistema semipresidencial.

Cabinda é parte integrante de Angola

P. — Acha que a questão de Cabinda poderá ser um obstáculo à execução dos acordos?

R. — Os acordos foram feitos em termos de Angola no seu todo e Cabinda faz parte integrante de Angola, dos seus problemas particulares. Há vários problemas que nós temos que enfrentar, não é só Cabinda. E temos que enfrentar um a um, com as suas especificidades, não perdendo a noção de conjunto do país.

P. — A recente saída de dois dirigentes da UNITA ligados à questão de Cabinda poderá fazer, de algum modo, ressurgir a questão como um problema?

R. — Não creio. Pela postura que eu lhes conheço, não creio que a saída deles esteja realmente ligada ao processo de Cabinda. Até agora, não temos realmente factos que nos permitam um juízo de valor, mas eu creio que tanto o N'zau Puna como o Toni Fernandes são nacionalistas. Eles

não combateram em Cabinda, mas em todo o território. Mesmo que haja problemas, acho que irão discutir-os com a mesma postura que lhes reconhecemos.

P. — Então qual é a avaliação que faz da saída deles da UNITA?

R. — Esta saída dos dois dirigentes — não são dirigentes de somenos importância — faz-nos crer que realmente há problemas sérios na UNITA. Há pouco tempo, em Angola, um capitão da UNITA transcreveu para a opinião pública angolana e internacional qual o sistema que se vivia nas áreas controladas por ela; e ele próprio admitiu que, além dele, iriam sair também da UNITA dirigentes de vulto, que não eram apenas da patente dele. Disse isso em termos proféticos, mas com uma certa segurança.

A saída desses dois dirigentes vem na sequência. Eu próprio tenho dito que os jornais avalizam a UNITA em termos militares, em termos totalitários e de forma a que todos os indivíduos da UNITA tivessem que seguir Savimbi de uma forma cega. Eu penso que Angola, com o desenvolvimento do processo democrático — e uma vez que a democracia entre nas fileiras da UNITA —, naturalmente que o aspecto ditatorial, totalitário, da direcção da UNITA por parte de Jonas Savimbi entrará em desagregação. Aquilo a que estamos assistir neste momento não é senão o fruto da democracia. Não creio que haja angolanos que, neste momento, queiram aceitar outra vez um sistema totalitário, um sistema ditatorial.

P. — De um lado, temos a UNITA, do outro, o MPLA, a tentar a recuperar o espírito inicial de grande movimento. Mas simultaneamente há uma proliferação de pequenos partidos, reveladora da vontade das pessoas em participarem e terem as suas próprias organizações. Co-

mo é que avalia esse percurso?

R. — OMPLA também utilizou os mesmos processos totalitários da UNITA. Mas agora, com o desenvolvimento da política internacional, está realmente a avançar em programas de reformas. É esse aspecto de mudança do MPLA que faz com que os antigos militantes do MPLA, acreditando nessas mudanças, estejam realmente apostados em unir a família do MPLA. Neste, há a necessidade e a preocupação da abertura, de fazer reformas. Antes, não se admitia, por exemplo, que houvesse tendências no seio do MPLA; neste momento, estamos a pensar que há o factor tendência, que terá que ser institucionalizado, porque é o garante de uma prática real da democracia. Quanto ao surgimento de vários partidos, muitos são mais ou menos originários da base do MPLA — isto precisamente porque não havia tendências. Neste momento, com a implantação de um sistema multipartidário, estão obviamente a exercer a sua função política.

P. — Vou dizer alguns nomes e gostava de ouvir a sua opinião sobre eles: José Eduardo dos Santos...

R. — É o Presidente da República Popular de Angola e presidente do MPLA. Ele está, precisamente, no centro dessas transformações todas, tanto do MPLA como no país.

P. — Jonas Savimbi...

R. — Não creio que ele realmente esteja muito de acordo com o sistema multipartidário, nem tão pouco com um sistema democrático, porque na liderança da UNITA ele é, de facto, um ditador.

P. — Holden Roberto...

R. — É um dirigente neste momento muito moderado, muito transformado e inclusive pronto a inserir-se num processo democrático.

P. — Acha que pode ser uma das pessoas a ser inserida no MPLA, enquanto partido?

R. — Não creio; acho que Holden Roberto tem o seu percurso natural, sempre foi o dirigente da FNLA, mas amanhã pode estar em posição de vir a ser parceiro numa aliança com o MPLA.

P. — Joaquim Pinto de Andrade...

R. — É o presidente do PRD. Ele pertence à família do MPLA, foi o primeiro presidente de honra do MPLA e, em 1974, formámos os dois as vice-presidências — eu seria o primeiro vice-presidente e o Joaquim Pinto de Andrade o segundo vice-presidente. Não é uma figura estranha à família do MPLA. Mais recentemente, tem-se assumido como presidente do PRD. Possivelmente há alguns problemas no PRD, mas não posso pronunciarme sobre eles, porque são problemas internos do PRD.

P. — Pode traçar um pouco a história da sua vida política?

R. — Comecei a minha vida política aqui, em Portugal, em Coimbra. Em 1961, fui preso pela PIDE em Coimbra; em 62, fugi para Marrocos, onde naturalmente me entreguei de corpo e alma ao MPLA. Depois de passar pelo Zaire, fui para a Alemanha Federal, onde deixei a minha família e integrei-me no MPLA. Em 1963, fui eleito presidente da Juventude do MPLA, em 64 passei a ser dirigente do próprio MPLA.

Ainda em 64, fui para Lusaca, onde abri o escritório do MPLA, de onde acabei sendo preso e expulso; em 65, voltei novamente a Angola, integrando o comando operacional na região de Cabinda. No mesmo ano, fui transferido para Dar-es-Salaam, onde fui nomeado chefe da re-

presentação; aí trabalhei para o nosso ingresso na OUA. Em 68, depois de retirada a proibição de entrada em Lusaca (que me tinha sido feita em 64), passei então para o Leste, onde funcionei sempre como responsável daquela região até 72.

Mas, entretanto, em 1970, organizei a Conferência de Roma; fiz um percurso por todos os países ocidentais; preparei também um encontro do Papa Paulo VI com os presidentes dos movimentos de libertação Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. Depois disso, houve realmente uma crise no MPLA, que começou em 73. Em 74, no congresso do MPLA, passei a ser vice-presidente.

Depois houve problemas entre mim e o camarada Neto; por isso, não fui a Alvor. A parte do Leste, que eu depois passei a dirigir, foi excluída do Alvor e, por isso, ficou de fora do processo em si. Desta feita, e porque em Alvor tinha sido decidido que só os grupos que lá estiveram podiam instalar-se em Angola, eu não pude fazê-lo, embora mais tarde tivesse obtido uma autorização expressa do então Presidente da República, Costa Gomes.

E, depois de a minha delegação ter sido atacada pelo MPLA, eu vi-me obrigado a fazer alianças. Naquela altura só tinha duas alternativas: com a UNITA ou com a FNLA. Não fiz com a UNITA, porque, se não, a guerra civil era inevitável, porque o Presidente Agostinho Neto iria juntar-se ao Holden Roberto. A guerra civil seria então entre o Norte e o Sul e não uma guerra ideológica. Por isso mesmo, aliei-me com o Holden Roberto em 1975.

Em 76, verifiquei que não havia nenhuma consistência naquela aliança. Escrevi uma carta ao Holden Roberto e deixei tudo. Estava-se em 78 e arrei-me entre a Suíça e a Espanha, e fiquei

até 86 — data em que regresssei à Angola. Tive alguma participação nas negociações com os sul-africanos; primeiro em surdina, porque não era do Governo, mas com resultados que acabaram por envolver outros países. Eram negociações quadripartidas, entre Angola, África do Sul, Cuba e Zaire, com a observação de norte-americanos e soviéticos. E agora estou em vias de regressar ao país para, mais uma vez, abraçar a acção política. ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 26 MARÇO 1982

EUA pedem explicações à UNITA

OS ESTADOS UNIDOS consideram que as recentes notícias acerca da morte dos dirigentes da UNITA Tito Chingunji e Wilson dos Santos parecem "cada vez mais credíveis", disse ontem, em Washington, a porta-voz da Secretaria de Estado, Margaret Tutwiler.

Dizendo que os Estados Unidos não estão em condições de confirmar independentemente "que estes dois prominentes e bem conhecidos dirigentes da UNITA foram mortos", Tutwiler sublinhou que os Estados Unidos levantaram a questão "do bem-estar e paradeiro" de Chingunji e Santos como dirigentes da UNITA "regularmente ao longo dos últimos seis a oito meses e escreveram a organização de Savimbi a responder a esta questão com transparência". Tutwiler repetiu o apelo dos EUA "para que a UNITA exiba publicamente aqueles seus dois dirigentes ou providencie uma detalhada explicação das circunstâncias que rodearam o seu noticiado desaparecimento".

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 26 MARÇO 1982

A porta-voz do Departamento de Estado saudou "a aparente decisão da UNITA de começar a responder às alegações de violação dos direitos humanos de uma maneira pública e aberta", e expressou o desejo de que esta questão "não faça descarrilar a concretização dos acordos de paz", lembrando que o seu total cumprimento e as eleições de Setembro representam a melhor esperança de paz, estabilidade e recuperação económica para todos os angolanos. Concluiu afirmando confiar que tanto a UNITA como o Governo de Angola têm a capacidade e a vontade de honrar todos os seus compromissos.

Também Moçambique, outro patrocinador da pacificação, fez ontem um apelo ao Governo angolano e à UNITA para que "observem rigorosamente" os acordos de paz e dêem sinais de "boa vontade e compreensão mútua". ■

Um teste ao processo de paz

Um momento decisivo no processo de paz angolano será vivido terça-feira, com o início da desmobilização das tropas das FAPLA (governamentais) e das FALA (da UNITA), numa cerimónia que terá lugar na cidade de Luena, província do Moçambique, paleo dos últimos confrontos armados que se prolongaram até meados de Maio do ano passado.

"Ainda não estou pessimista quanto ao futuro do processo de paz", afirmou ontem ao PÚBLICO o general Tomé Pinto. Para o representante português na CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), organismo onde se procura o entendimento sobre as medidas práticas para a aplicação dos acordos de Bicesse, "o desenvolvimento do processo de paz em Angola continua a estar dependente dos princípios de boa fé que levaram à assinatura dos acordos pela UNITA e MPLA", em 31 de Maio do ano passado.

Nesse sentido, o acto simbólico que na próxima terça-feira vai assinalar o início da desmobilização das tropas que estiveram envolvidas na guerra "servirá para avaliar o empenhamento das partes envolvidas".

Os recentes incidentes ocorridos no Lubango, em que elementos da UNITA foram acusados do assassinato de quatro oficiais da Força Aérea Angolana, e que motivou uma onda de violência em que diversas sedes do partido de Jonas Savimbi foram incendiadas, um comunicado da UNITA ameaçando iniciar "uma guerra total se for perpetrado algum atentado contra Jonas Savimbi"; ou as recentes declarações dos dissidentes da UNITA, Miguel N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, à Rádio Nacional Angolana, denunciando a existência de um exército de reserva da UNITA na Jamba, tudo isto foram factores que divulgados, decorrendo um inquérito conduzido pelos políticos e diplomáticos de Luanda.

Mesmo assim, para Tomé Pinto, "nada está comprometido". "Se não tivesse havido problemas não teria havido guerra".

António Mota,
em Luanda

Nesta fase experimental da desmobilização (para a qual a UNITA induziu as localidades de Bungo, Chicla e Mucuo e o MPLA as de Ngage, Andulo, Matala e Luena), 3.125 homens vão finalmente sair dos acantonamentos, sendo de esquentar que apenas 180 são dos quadros das FALA (forças da UNITA).

Até ao dia 15 de Abril, segundo António Franco, da delegação portuguesa na CCPM, o número de efectivos desmobilizados já atingirá os 30.637, no que diz respeito às FAPLA, e três mil ao referente às FALA. Ainda de acordo com os dados fornecidos por António Franco, o número de efectivos acantonados até este momento é de 65.419 (com cerca de 101 mil declarados durante as negociações) do lado do MPLA e de 35.061 (em cerca de 37 mil do lado da UNITA).

Sobre as tropas não acantonadas, e numa altura em que as declarações de N'zau Puna e Costa Fernandes, ex-dirigentes da UNITA, vêm dar corpo aos rumores de que o partido de Savimbi mantém na Jamba um exército de reserva, o porta-voz de CCPM afirmou que a Comissão vai iniciar a fiscalização dos efectivos militares sediados na Procuradoria Militar e no Tribunal Militar das FAPLA, assim como aqueles que se encontram nos Estados Maiores do Governo e da UNITA, designadamente na Jamba.

Como é natural, as acusações de que subsistem exércitos de reserva não se dirigem só à UNITA. Muita gente se questiona em Luanda sobre o destino dado ao armamento pesado e às chamadas tropas de elite governamentais.

Segunda-feira passada, a capital angolana acordou com uma série de rebentamentos nos paços do Grafanil, um dos principais quartelamentos de Luanda na época colonial. Sobre as causas e dimensões do incidente (que fez estalar os vidros do edifício da Feira Industrial de Luanda) ainda nada foi divulgado, decorrendo um inquérito conduzido pelos bombeiros. Enquanto isso, a UNITA vai acusando o Governo de ter mantido aquelas instalações fora do controlo da CCPM e de o mesmo ter sido originado por uma sabotagem

de unidades desorientadas.

Entretanto a Comissão para a Criação das Forças Armadas já chegou a acordo sobre o número de efectivos das futuras Forças Armadas Angolanas (FAA), que contará com 50 mil elementos. Do Exército farão parte 40 mil, divididos entre elementos provenientes das FAPLA e das FALA, a Armada será integrada por seis mil e a Força Aérea por quatro mil.

A formação de oficiais (no Huambo) já está em funcionamento, estando previsto o início de um segundo curso durante o mês de Abril, coincidindo com a abertura do curso de sargentos em Benguela. Recordar-se que durante a sua visita a Angola, o ministro português da Defesa, Fernando Nogueira, anunciou a existência de 288 vagas nas academias portuguesas para a formação de oficiais angolanos, a partir do próximo ano lectivo.

Também sobre as futuras FAA tem havido acusações, por parte da UNITA, de que o Governo pretendia desvalorizar o papel do Exército, reforçando os quadros da polícia. O novo semanário angolano "Terra Angolana" — órgão oficial da UNITA editado em Lisboa — afirma mesmo que muitos dos efectivos que pertenciam às FAPLA integram já os quadros do Ministério da Segurança do Estado.

Um outro factor de preocupação em Luanda é a situação de Cabinda, onde quinta-feira foi decretado recolher obrigatório, entre as oito da noite e as seis da manhã, na capital da província e na vila de Landana. Segundo a Rádio Nacional de Angola, a decisão do governador, Augusto Tomás, visa "evitar a instabilidade", após uma denúncia de "infiltração de grupos armados" no território. Note-se que a semana passada houve ataques à cadeia e às instalações da Sonangel, em que foi morto um polícia e um atacante, alegadamente membro da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), organização independentista que não abdicou da luta armada.

O filme da deserção

EMRISCO de passar de «herói» a «vilão» aos olhos da opinião pública ocidental, e da portuguesa em particular, Jonas Savimbi tem sérios motivos para pensar que os meandros da política são mais traiçoeiros que os trilhos do mato e que, embora perigosa, a vida de qualquer «senhor da guerra» é bem mais fácil do que a de um líder partidário em vésperas de eleições gerais. O líder da UNITA enfrenta actualmente a primeira crise política interna «em tempo de paz» e parece visivelmente desorientado pela evolução da situação e pelas reacções de antigos aliados e amigos que julgava serem os seus apoiantes incondicionais.

A surpresa e a irritação manifestadas pelos dirigentes da UNITA ao serem interpelados sobre eventuais violações dos direitos humanos, mortes de dissidentes e sequestrados de civis na Jamba parecem sinceras. Afinal, os factos de que são acusados não são novos. Dezenas de jornalistas e de «convidados» ilustres dos mais diversos quadrantes políticos e de todas as nacionalidades efectuaram repetidas e por vezes demoradas visitas ao quartel-general de Savimbi e todos parece terem ficado com a melhor impressão do entusiasmo dos militantes da UNITA e das condições de vida das populações nas zonas «libertadas».

As acusações de alguns dissidentes e as interpelações de organizações de defesa dos Direitos Humanos como a Amnistia Internacional foram em diferentes alturas facilmente «neutralizadas» com um comunicado, um programa da emissora rebelde Vorgan, uma entrevista do Presidente Savimbi ou uma reafirmação da confiança inabalável dos Estados Unidos nos «combatentes angolanos pela liberdade».

Até uma data recente as perguntas sobre o misterioso «desaparecimento» de Fernando Wilson dos Santos e Tito Chingunji eram rejeitadas pelos porta-vozes da UNITA como parte da campanha do MPLA para «denegrir a imagem de Savimbi, enfraquecer a sua popularidade e desviar as atenções dos crimes cometidos pela ditadura soviético-cubana em Angola».

Quem punha em dúvida a democracia interna da UNITA ou expressava críticas ou meras dúvidas era acusado de ser manipulado por Luanda

Os generais acusam

Aparentemente, as acusações só adquiriram credibilidade agora porque são formuladas por altos dirigentes da UNITA, companheiros de Savimbi há mais de 26 anos, os «generais» Toni da Costa Fernandes e Nzau Puna, respectivamente «números dois e três» da organização, pelo menos até ao Congresso de Abril de 1991.

Foi, pois, sobre a personalidade e os actos dos dois «dissidentes» que o Estado-Maior da UNITA centrou toda a sua estratégia defensiva e os esforços para debelar a crise política que poderia resultar das «deserções».

Se Nzau Puna «fugiu» efectivamente de Luanda — como ele próprio o afirma — a 29 de Fevereiro, a UNITA procurou inicialmente ganhar tempo, atrasando o reconhecimento do «desaparecimento» do líder cabinda e ainda mais o de Toni Fernandes.

Quando se tornou evidente a impossibilidade de continuar a ocultar a ruptura — noticiada em Portugal pela TSF a 5 de Março —, a direcção política da UNITA — reunida de emergência na Jamba desde 3 de Fevereiro — lançou a versão de uma «saída negociada» dos dois generais, que, oriundos de Cabinda e adeptos da independência do enclave, teriam optado por separar-se da UNITA para lutar mais eficazmente por essa causa.

Entretanto, em Luanda, o Fórum Democrático Angolano (FDA) tinha divulgado a notícia de um motim ocorrido na Jamba na última semana de Fevereiro, com uma tentativa de ocupação da emissora Vorgan por parte de centenas de pessoas retidas contra a sua vontade no «santuário» de Savimbi cuja repressão teria causado mais de 50 mortos.

Foi Jeremias Chitunda quem divulgou a versão oficial da UNITA acerca do afastamento voluntário de Nzau Puna e Toni Fernandes acompanhada de duríssimas acusações contra o Governo português, pondo em causa a sua imparcialidade no acompanhamento do processo de paz.

O Governo de Luanda observou desde o início uma atitude prudente, recusando comentar os «problemas internos» da UNITA. Contudo, em Luanda os boatos acerca da possível adesão dos dois generais da UNITA à facção mais radical da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) — que fez reunir de «emergência»

em Lisboa representantes das forças independentistas de Cabinda a 6 de Março — eram rapidamente ultrapassados pelas especulações sobre a «crise» aberta na direcção da UNITA.

Fala-se com insistência de milhares de famílias «literalmente reclusas» na Jamba e pela primeira vez as mortes do ex-representante da UNITA em Lisboa Fernando Wilson dos Santos, de Tito Chingunji e de outros «dissidentes» executados no Verão passado são apontadas como a verdadeira causa da crise.

Entretanto, os dois generais «desaparecidos» chegaram a Portugal e, em contacto com «familiares e amigos», esquecem a promessa feita — a «emissários» do Governo português? — de se abster de qualquer actividade política em Portugal. Nzau desfaz o «calib» do diferendo sobre Cabinda, considerando-o «uma gota de água» em relação ao autoritarismo de Savimbi e à falta de democracia na Jamba e na UNITA, fala em tribalismo, «sobrinhismo», «fundamentalismo umbundo» e das prepotências dos «meninos do Huambo».

Ruptura consumada

A ruptura já não pode ser ocultada e o comunicado da Comissão Política da UNITA de 11 de Março refere-se às «graves irregularidades» cometidas pelos «senhores» Nzau Puna e Toni da Costa Fernandes e anuncia a criação de uma comissão de inquérito. Os dirigentes da UNITA, que em numerosas declarações feitas em Angola e no estrangeiro tinham rejeitado com indignação as «calúnias» relativas às supostas mortes de Wilson e Chingunji, deixam de garantir que eles e as respectivas famílias estejam vivos e que serão apresentados em público «no momento oportuno». Jorge Valentim admite que «desapareceram da Jamba» sem poder precisar quando nem como e sugere que se peçam explicações a Nzau Puna, responsável da segurança na Jamba na qualidade de ministro do Interior.

João Soares, considerado líder do «lobby» pró-UNITA dentro do PS, põe em dúvida a veracidade das acusações feitas pelos dois dissidentes e exorta a UNITA a dar provas indeneáveis de que Wilson e Chingunji continuam vivos e livres.

Entretanto, na capital angolana é posta a circular — e logo desmentida — a notícia segundo a qual Fernandes fugiu por ter estado envolvido numa tentativa de «golpe palaciano» para derrubar Savimbi.

A partir deste momento, tudo se precipita e as acusações so-

bem de tom: enquanto a UNITA denuncia a existência de uma conspiração orquestrada pelo MPLA e pelos serviços secretos do Governo angolano para matar Savimbi e destruir a sua organização, correm rumores contraditórios sobre o paradeiro e os movimentos dos dois generais. É assinalada a sua presença em Paris, quando ainda se encontram em Portugal, onde, a 19 de Março, Toni da Costa Fernandes teve um encontro com João Soares. Entrevistado de Paris por Daniel Ribeiro para a Radio France International, o dirigente socialista admite estar cada vez mais convencido de que a UNITA cometeu violações dos direitos humanos e de que não soube adaptar-se à vida democrática, falhando a sua transformação de movimento guerrilheiro em partido político.

Lavagem de roupa suja

A conferência de imprensa que os dois dissidentes deviam ter dado em Paris a 24 de Março é anulada ao último momento, ao que parece por ordem das autoridades francesas e na sequência de duas outras visitas dos representantes oficiais da UNITA em França ao Quai d'Orsay. Mas enquanto jornalistas portugueses e angolanos procuram os dois «fugitivos», Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna, entrevistados pela TSF, lançam um verdadeiro requerimento contra a UNITA, os seus métodos, as prisões, as execuções, responsabilizando directamente Savimbi por todos estes actos.

No dia seguinte, Tony da Costa Fernandes é chamado a comentar uma gravação fornecida pela UNITA para provar que o ex-ministro dos Assuntos Exteriores de Savimbi procurou obter da UNITA 15 milhões de dólares como preço do seu silêncio. É a grande «lavagem de roupa suja» em que intervêm, além dos dois dissidentes, os representantes da UNITA em Lisboa e Londres, Isaias Samacuva e Adalberto da Costa Fernandes, e desde Luanda Abel Chivukavu, «número dois» da UNITA na CCPM e sucessor de Tony Fernandes na chefia dos Assuntos Exteriores da organização.

Segundo Tony da Costa Fernandes, a gravação é uma montagem de extractos de várias conversações que decorreram entre si e Samacuva há vários meses, talvez há um ano, enquanto o tesoureiro da UNITA afirma que elas tiveram lugar entre 4 e 10 de Março. O dissidente rejeita as acusações de «chantagem» e insiste sobre a necessidade de «libertar a Jamba» e as «milhares de pessoas sequestradas e impedidas de se reunirem com as famílias residentes em várias cidades».

Nicola Guardiola

«A Jamba é uma grande prisão»

NA TERÇA-FEIRA, os generais dissidentes quebraram o silêncio e disseram das razões do adeus a Savimbi. Em Paris, Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna falaram sobre o «modus operandi» da UNITA e o dia-a-dia na Jamba. Ninguém com tanto peso na hierarquia do movimento jamais apontara assim a dedo os sentidos proibidos do sinalizador da Jamba. Excertos das últimas revelações sobre o reino do «Galo Negro».

— [Os generais Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna] assumiram uma ruptura com a UNITA.

TONY DA COSTA FERNANDES — Isso é gramática, o que interessa dizer aqui é o seguinte (...): já vimos nesta segunda guerra que a UNITA mudou completamente os seus métodos. (...) A guerra não é um acontecimento qualquer: modifica o metabolismo das pessoas. Em relação a várias coisas que aconteceram, quisemos compreender e perdoar até certo ponto. Mas fomos discutindo — na medida em que a discussão foi possível — e fomos constatando que a situação ia piorando. Pensávamos nós que depois da assinatura dos acordos de Bicesse a questão seria outra, que [se iriam] mesmo modificar as coisas.

— E o que é que tem de ser modificado na UNITA neste momento?

— Com a intensificação da irreduzibilidade, da inflexibilidade, da arrogância e da prepotência da própria direcção, encabeçada pelo próprio presidente, há uma coisa que nós, como homens, não podemos perdoar: são as execuções de homens, mulheres e crianças. (...) É preciso que o povo saiba, é preciso que o mundo saiba, e é preciso fazer-se justiça, porque essa gente tem família. É preciso dizer-se alguma coisa a essas famílias, não basta só dizer que foi o Puna que fez. O Puna ia fazê-lo porquê? E preciso ver quais são as razões que levaram o Tito e o Wilson para a prisão, quais são as razões pelas quais o Catalaio foi executado, e assim sucessivamente. Não é preciso só dizer, não basta dizer-se que foi o Puna (...).

— Por que razão calaram as mortes até agora?

— Porque não tínhamos saída, nós temos família, não é verdade? E se pusessemos essas notícias nos jornais, as nossas famílias pagavam caro. Agora que tivemos a possibilidade de tirar [da Jamba] parte dos nossos familiares, já a margem de manobra é maior, já o risco é menor. Hoje já se pode dizer alguma coisa; ontem não podíamos, era impossível. E digo mais: a Jamba é uma grande prisão — a Jamba e arredores. Porquê? Até este momento há quadros, há senhoras, há velhos e há tanta gente na Jamba que não está autorizada a ir para o Huambo, para Luanda, para o Uíge e para outras áreas de Angola visitar os seus familiares. Quem é que na UNITA pode justificar isso? Não tem justificação. Eles [UNITA] fazem-nos acusações de intenções, dizem generalidades. Eu estou a dizer factos.

— (...) Em mensagem que fez chegar à Comunicação Social, diz mais ou menos isto: «Não renegamos o nosso passado (...); os que se desviaram dos propósitos que a UNITA defendeu de início que assumam as consequências destes desvios». Tanto o general N'Zau Puna como o Tony da Costa Fernandes estão na UNITA desde a primeira hora, já lá vão 26 anos. Não têm consciência também de que participaram e pactuaram, nos muitos erros da UNITA que hoje denunciam?

— É lógica a pergunta. Podíamos ter realmente respondido que sim à pergunta, mas infelizmente regresssei a Angola para esta segunda guerra (...), em Fevereiro de 1980 (...), e nesse mesmo ano fui para a cadeia. Mesmo quando saí da cadeia não tinha maneira de falar (...). Se estivesse no seio de um partido onde houvesse debates, conclusões e concordâncias, eu responderia que sim, também fui cúmplice de tudo o que se passou (...) Não sou cúmplice dos erros da UNITA porque não havia debate, não havia concordância. Nada. [A UNITA] é uma estrutura muito particular.

N'Zau Puna:

«Savimbi tem meios próprios»

— Porque é que o dr. Jorge Valentim diz para perguntar a si o que aconteceu ao Tito e ao Wilson?

N'ZAU PUNA — Já se sabe como é que na UNITA as coisas são. A UNITA é uma oração fechada, uma cidade fechada, que procuramos que se abrisse depois de cessarem os tiros, ao passarmos para a vida democrática, o que não conseguimos, razão pela qual saímos (...).

— Em concreto, quando, e de que maneira, tomou conhecimento da morte de Tito e do Wilson?

— Tomei conhecimento da morte do Wilson quando desapareceu de circulação (...) Quando estavam na cadeia, o Tito era chamado de vez em quando para ser apresentado aos estrangeiros (...), mas a partir do mês de Agosto nunca mais apareceu. A partir daí não podem de forma nenhuma endossar-me a responsabilidade [pelo que aconteceu ao Tito e ao Wilson], porque eles estavam sob prisão (...), dirigida directamente pelo dr. Savimbi.

— E porque é que tem a certeza que eles estão mortos?

— Estive na UNITA durante muito tempo. Quando dizem que uma pessoa é presa, e se passado algum tempo não aparece, essa é a prova.

— Se Savimbi lhe ordenasse que executasse algumas pessoas, fazia-o?

— Não sou eu que faço.

— Mas fez alguma vez ou não?

— Se ele ordenasse? Há instrumentos do partido que fazem essas coisas, mas [quanto a] essas pessoas todas que estão a indicar aqui, nunca eu tive uma orientação do Dr. Savimbi para a sua execução, porque ele tem meios próprios (...).

— Alguma vez Savimbi lhe pediu que

ANGOLA E COREIA COOPERAM — Angola e a Coreia do Sul assinaram um acordo de cooperação económica, científica e tecnológica por ocasião do encontro que mantiveram, ontem em Seul, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, respectivamente Pedro van Dunem e Lee Sang-Ock. Van Dunem aproveitou o encontro para convidar os empresários da Coreia do Sul a participar na reconstrução de Angola, nomeadamente na restauração de estradas e de instalações portuárias. »

assumisse as responsabilidades da morte do Tito e do Wilson?

— Não directamente, mas quando assumi o cargo do Ministério [do Interior], uma vez chegou (...) a dizer que há elementos [que a UNITA não pode] justificar como é que desapareceram, e propôs que o Ministério do Interior devia assumir a responsabilidade. Neguei categoricamente (...). Vi que não podia, nem no ponto de vista nacional nem no ponto de vista internacional, assumir uma responsabilidade dessas. Mas esse pedido foi-me feito diante do [Alicerces] Mango, diante do vice-presidente [Jeremias Chitunda] e do Tony da Costa Fernandes.

— Ou seja, Savimbi assumiu perante si a morte do Tito e do Wilson ao fazer essa proposta?

— Ele não me falou só do Wilson e do Tito (...).

— A UNITA investiga aquilo que chama actividades irregulares dos generais dissidentes (...). Qual é o valor da comissão de inquérito e que tipo de irregularidades poderão estar a ser avaliadas?

— Não considero que esse comité de inquérito tenha imparcialidade e que tenha qualquer crédito (...), porque em assuntos dessa natureza temos de fazer apelo a organismos internacionais independentes para depois irem estudar «in loco» (...). Mesmo até os organismos internacionais que têm representantes na Jamba estão também numa cadeia, não dizem absolutamente nada. Quer a Cruz Vermelha, quer a Unavem, quer outros representantes não podem passar livremente na Jamba. Não podem ir a casa das pessoas nem as pessoas podem ir às suas casas.

Ana Margarida Matos
e Luís Proença, em Paris,
entrevista cedida pela TSF

CORREIO BRAZILIENSE
BRASILIA-DF

19 MAR 1992

Angola

As torres de transmissão do sistema eléctrico angolano, destruídas pela guerrilha, estão sendo recuperadas por engenheiros de Furnas Centrais Eléctricas junto com as concessionárias de energia eléctrica locais. As linhas vão da usina hidrelétrica de Cambambe à capital Luanda e de Huambo até Lobito - duas cidades importantes de Angola - pegando do interior ao litoral do país. Ao todo são quase 300 quilómetros de extensão com linhas nas voltagens de 220 e 150 quilowatts. A prestação de serviços de Furnas em Angola é cada vez maior, com a empresa atuando na construção da usina hidrelétrica de Capanda, no interior, com 430 mil quilowatts, treinando o pessoal das empresas estatais de energia eléctrica e prestando assessoria para a reestruturação do setor eléctrico de todo o país. (021) 536-3112.

Biógrafo de Savimbi acusa-o de "vendetta"

UMA "VENDETTA" de Jonas Savimbi contra os Chingundji levou o líder da UNITA a avalizar a execução de toda a família e amigos próximos — afirmou à agência Lusa o autor do livro "Savimbi — A key for Africa".

Fred Bridgeland, autor da "biografia oficial" do movimento rebelde angolano, falava a propósito do que afirmou "há muito recear": a execução do seu amigo Pedro "Tito" Chingundji, antigo representante da UNITA em Washington.

O jornalista britânico, que conheceu "Tito" em 1975, quando este chefiava o escritório da UNITA em Londres, desenvolveu a partir daí um relacionamento que o haveria de marcar como um dos observadores mais próximos do movimento rebelde ano.

"Penso que é um comentário justo dizer que eu era favorável à UNITA (durante os oito anos que levou a investigação e produção do livro) e que, por isso, tive prejuízo como jornalista", admitiu, com algum ressentimento.

No sábado, em entrevista exclusiva à Lusa em Joanesburgo, Bridgeland pesou as palavras antes de colocar Savimbi num plano mais demoníaco que Idi Amin.

"Penso que ele é de uma liga pior que Idi Amin [antigo Presidente do Uganda], porque enquanto este era um bruto não educado, um sargento, Jonas Savimbi é, certamente, um homem brilhante, carismático, com muitas qualidades e muito bem educado", prosseguiu.

"Savimbi via os Chingundji como rivais", sustentou Bridgeland.

"Por alguma razão doentia ele via toda a família como uma ameaça e, talvez por isso, foi-os mandando matar a todos e aos próximos (como Wilson dos Santos, casado com Melena, irmã gêmea de "Tito", igualmente dada como executada)."

Bridgeland afirmou ter começado a receber informações de abusos aos direitos humanos no seio da UNITA a partir de 1987, que sempre ignorou até ser chamado a Washington, por "Tito", em Setembro de 1988, para escutar o parecer do seu desancamento com Savimbi.

"Ele ("Tito") relatou-me em profundidade o que estava a acontecer (na UNITA) após-me em contacto com uma série de pessoas e evidências que me le-

varam a compilar uma verdadeira história de puro horror", explicou.

"Por exemplo, a descoberta por "Tito", após três anos de investigações, que os seus pais (Jonatão e Violeta) — ao contrário do que lhe dissera Savimbi — não tinham sido mortos pelo MPLA (o partido no poder) mas sim espancados até à morte pela guarda pessoal daquele."

Bridgeland afirmou à Lusa que "Tito" lhe solicitou, na altura, a não divulgação destas descobertas, assim como de sucessivas execuções, incluindo as dos "heróis" da UNITA Sam Wimbila e Kafundanga.

A queda

Três meses mais tarde, a semana da assinatura dos acordos de Nova Iorque, "Tito" foi chamado à Jamba, juntamente com todos os representantes da UNITA no exterior, para nunca mais voltar a sair, apesar do enorme sucesso diplomático que constituía a sua passagem por Washington e Londres.

Segundo fonte interna da UNITA citada pelo jornalista britânico, "Tito" foi, nessa altura, torturado e despojado de "número 3 a 20 e 21" na hierarquia do movimento.

"Tito" foi colocado perante uma espécie de julgamento por Savimbi e Jorge Valentim, o secretário para a Informação e, mais tarde — quando os outros representantes no exterior se aprestavam para abandonar a Jamba — submetido a tortura", relatou, citando a mesma fonte.

Bridgeland admitiu não dispor de provas incriminatórias de Savimbi "ter puxado o gatilho" no rol de execuções, mas sublinhou o espírito messiânico por este consolidado na UNITA, impossibilitador de tais medidas sem a sua conivência.

"Estou absolutamente certo de que Savimbi estava, no mínimo, a par destas execuções e isso foi confirmado, não só por "Tito", como por muitos dissidentes e por um actual representante da UNITA no exterior que não posso, por motivos de segurança, identificar", assegurou.

Confrontado com a eventualidade de uma manobra, por detrás destas revelações, para desacreditação da UNITA e de Savimbi, Bridgeland voltou a não medir as palavras, antes de se pronunciar:

"Não penso, de modo algum, que tudo isto seja uma conspiração dos serviços secretos ocidentais. Seria um plano bizantino e todas as evidências apontam para o interesse destes em que este escândalo não estivesse a acontecer, Savimbi era o homem em que eles tinham apostado para as eleições."

Cena "à Shakespeare"

A 21 de Dezembro, Bridgeland regressou à Jamba, desta vez a pedido de congressistas norte-americanos e amigos de "Tito", para investigar o motivo da prolongada ausência deste.

"Savimbi recebeu-me numa enorme sabana, rodeado por 13 elementos do politburo e

pelo próprio "Tito", que apresentava uma expressão infeliz, esgotada e visivelmente assustado", relatou. "Expliquei a Savimbi que vinha para saber do meu amigo e que isso era preocupação de muita gente no exterior."

"Savimbi explodiu como um vulcão e gritou comigo durante umas duas horas, antes de se levantar, numa cena shakespeariana, de mão esquerda erguida, para afirmar aos presentes: a minha mão não está manchada de sangue. Sim, é verdade que os pais do "Tito" foram mortos, mas não por mim, e as histórias de os irmãos dele também terem sido mortos por mim são puras mentiras."

Bridgeland recordou à Lusa que "Tito" seguiu esta cena com evidente perturbação, antes de ele próprio participar no ataque ao jornalista britânico, que assegurou jamais ter levantado perante Savimbi a questão das execuções.

"Apesar do que me dissera meses antes em Washington, "Tito" também se juntou ao coro contra mim", prosseguiu Bridgeland. "Eu sabia que ele, para me estar a condenar, era porque estava em apuros. Luta-va pela própria vida".

A chave deste "puzzle" é a convicção dos Chingundji de que estavam a ser mortos por Savimbi, dispondo de provas que, provavelmente, Dinho Chingundji — asilado político em Londres — já transmitiu aos serviços secretos britânicos, disse.

"Em 1989, Savimbi enviou uma delegação da UNITA a Londres para obrigar Dinho a voltar à Jamba, porque ele estava a beneficiar de uma bolsa do movimento, pressão que este, naturalmente recusou."

"O que torna única esta barbaridade, relativamente a outras atrocidades cometidas e não admitidas por movimentos como o MPLA, no poder em antigas colónias, é que Savimbi sempre vestiu o traje do defensor da democracia e dos direitos humanos", sustentou.

"Se ele mata, nesta escala, membros do seu próprio movimento, não será com certeza um operador com grande sucesso da democracia do espaço angolano no seu todo", concluiu o autor da biografia que maior crédito internacional trouxe à UNITA. ■

António Mateus, da agência Lusa, em Joanesburgo

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 30 MARÇO 1992

UNITA retém camponeses

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 24 MARÇO 1992

MILHARES de refugiados angolanos estão a ser mantidos contra-vontade em regiões controladas pela UNITA, escrevia ontem o diário londrino "The Guardian", citando funcionários das Nações Unidas. Segundo o jornal, são camponeses que não conseguem obter autorização para regressar às suas aldeias, o que contraria os termos do acordo de cessar-fogo assinado em Maio de 1991 no Estoril entre os rebeldes e o Governo de Luanda. ■

Renamo pretende alcançar o poder por via militar

NOTÍCIAS-19/03/92

— adverte Armando Guebuza em conferência de Imprensa, em Maputo

O negociador-chefe do Governo moçambicano às conversações com a Renamo, em Roma, para a paz em Moçambique, o Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, advertiu ontem que «a Renamo ainda não desistiu da sua intenção de chegar a uma solução por via militar, através da violência».

Falando em Maputo numa conferência de Imprensa, Armando Guebuza deu uma perspectiva sombria sobre as negociações de paz em curso em Roma, admitindo que «ainda não há confiança» entre os negociadores.

Ele disse que o Governo está «extremamente preocupado» com a intensificação de ataques pela Renamo nos subúrbios de Maputo, Beira e outras cidades. Moçambique advertiu já ao Governo italiano e à mediação da Igreja Católica, bem como aos outros governos estrangeiros, sobre a «conduta desumana» da Renamo nos seus ataques contra cidades.

A prática da Renamo demonstra que «para eles, defender os direitos dos moçambicanos significa cortar as suas orelhas ou espetar a baioneta na barriga», acrescentou.

Questionado sobre as recentes declarações do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, de que a próxima ronda negocial vai discutir questões ligadas à suspensão de certos artigos, não especificados, da Constituição moçambicana antes da matéria sobre o cessar-fogo, Guebuza disse que o Governo vai insistir na discussão de questões militares para o fim da guerra.

As questões militares estavam contidas na agenda acordada em Maio de 1991. «O Governo vai insistir que a agenda seja cumprida», afirmou Guebuza. «Foi rubricada por ambas as partes, perante os mediadores e na presença da imprensa estrangeira». A questão da Constituição será remetida à discussão em separado entre os mediadores e as delegações dos dois beligerantes na guerra em Moçambique e os mediadores vão determinar quando será debatida.

O ponto mais controverso é sobre o futuro Parlamento multipartidário ser obrigado, como tarefa prioritária, a alterar a Constituição. O Governo defende que as negociações de Roma não podem impor a soberania do futuro órgão legislativo.

«O Parlamento vai decidir o que deve fazer e vai votar sobre isso», afirmou o negociador-chefe do Governo.

Questionado sobre o contínuo apoio de certos sectores sul-africanos à Renamo, em violação do acordo de não-agressão de «Nkomati» assinado entre Moçambique e África do Sul, em 1984, Armando Guebuza disse que têm havido reuniões regulares entre os dois Governos para discutir estes assuntos.

As últimas informações sobre a violação daquele acordo foram dadas pela inteligência norte-americana, CIA, que divulgou um relatório afirmando que o apoio sul-africano à Renamo continuou até 1991, e de elementos da Renamo capturados pelo Exército



Armando Guebuza

moçambicano que na terça-feira afirmaram ter visto aeronaves nas bases deste movimento, aviões aparentemente provenientes da África do Sul.

«Quando temos informações desta natureza, nós comunicamos ao Governo sul-africano», afirmou Guebuza.

Ele referiu que a Renamo existe porque o apoio que recebe do estrangeiro ainda não acabou. «É preciso averiguar porquê é que o apoio externo à Renamo ainda continua».

Armando Guebuza negou acusações de que o Governo seja responsável pelo atraso do processo

para paz, afirmando que os factos indicam que «a Renamo é responsável por isso». Em Dezembro de 1991, as duas partes decidiram que na ronda subsequente deveria ser discutido, não apenas o assunto sobre a Lei Eleitoral, mas também a questão militar. Contudo, a Renamo enviou, em Fevereiro, uma mensagem ao Governo afirmando que a sua delegação não integrava militares e que a ronda restringir-se-ia na discussão de «questões políticas».

Ele adiantou que o Governo gostaria de saber «se realmente a Renamo estará sentada à mesa das negociações para a paz ou se realmente estará interessada num sistema democrático em Moçambique».

«A nossa experiência indica que a Renamo raramente cumpre os compromissos assumidos», disse o Ministro, citando como exemplo as repetidas violações do acordo parcial de cessar-fogo ao longo dos «Corredores da Beira» e do Limpopo, assinado em Dezembro de 1990.

«Queremos garantias de que a Renamo vai respeitar um eventual acordo de paz», declarou.

Armando Guebuza afirmou que os três protocolos já assinados com a Renamo vão produzir efeitos nas leis e na constituição após a sua implementação. Em relação ao Protocolo número três rubricado este mês sobre a Lei Eleitoral, ele insistiu que o futuro parlamento será eleito por voto proporcional e que isso implica uma emenda à Constituição.

O Ministro dos Transportes e Comunicações disse que o Governo vai propor as necessárias alterações à Assembleia da República, mas só depois de se alcançar um cessar-fogo e um acordo geral de paz.

O Protocolo prevê igualmente que o Governo vai ajudar a Renamo, antes do cessar-fogo, a criar condições e outras facilidades em todas as 10 províncias do país.

Interrogado sobre se esta cláusula não cria discriminação em relação às outras formações políticas emergentes em Moçambique, Guebuza admitiu «tratar-se de uma questão delicada», acrescentando ser do «interesse de todas as formações políticas que a Renamo se transforme num partido político e cesse a violência» no país.

Impõe-se maior coordenação na actividade portuária regional

— defende Piet Steyn, da "Manica Holdings"

NOTÍCIAS-20/03/92

O Presidente da Assembleia Geral da "Manica Holdings", Piet Steyn, considerou ontem, em Maputo, haver necessidade de uma maior coordenação regional na área dos transportes de forma a facilitar o rápido escoamento das importações de emergência dos países da região que enfrentam situações desastrosas em consequência da seca que abala toda a África Austral.

Com o porto de Dar-es-Salaam a enfrentar problemas de congestionamento, Piet Steyn entende que uma estreita cooperação regional neste sentido evitará situações de congestionamento nos portos moçambicanos que desempenham um papel preponderante na região. Disse que o Zimbabwe vai precisar de importar mais de um milhão de toneladas de cereais e a Zâmbia também necessita de grandes quantidades deste produto e o porto da Beira será provavelmente o ponto de trânsito para o transporte das importações daqueles e de outros países da região.

O presidente da Assembleia Geral da "Manica Holdings" falava a analistas numa conferência de imprensa a propósito da passagem dos 100 anos da Manica Moçambique, que se assinala no próximo mês.

Piet Steyn disse igualmente estar convencido que dentro dos próximos três anos o "Corredor de Nacala" possa estar a funcionar em pleno e sem restrições ao tráfego internacional, o que irá criar um alívio ao Malawi que continua a registar dificuldades em matéria de transportes.

Ao nível da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), o sector dos Transportes e Comunicações está actualmente a desenvolver projectos de forma a incrementar a produtividade e a utilização de infra-estruturas e facilidades naquilo que seriam actividades de coordenação operacional. Os projectos dos corredores de Goba que ligam Maputo à Suazilândia e os corredores de Ressano Garcia que liga a capital moçambicana à África do Sul e do Limpopo para a ligação

Maputo-Zimbabwe são tidos como fundamentais na cooperação regional.

Conforme a SADCC, o tráfego internacional na linha Beira-Machipanda (que vai até ao Zimbabwe) tem vindo a incrementar e o Zimbabwe é tido como o mais potencial utilizador da linha, seguindo-se depois o Malawi, Zâmbia e Botswana.

"Vamos no próximo mês iniciar mais um centenário da Manica Moçambique que, empregando actualmente mais de um milhar de pessoas, vamos ter que redobrar esforços para fazer face às exigências actuais do mercado. No caso de Moçambique somos dos poucos, senão únicos, com uma existência de 100 anos", refere Piet Steyn.

De acordo com informações, grande parte dos países da região iniciaram



Piet Steyn

importações de emergência para assegurar a sua segurança alimentar gravemente atingida pelos efeitos da seca que se propaga assustadoramente por toda a África Austral. A África do Sul, segundo Piet Steyn, vai necessitar de mais ou menos 4,5 milhões de toneladas de cereais e o Malawi pretende inicialmente importar mais de 800 mil toneladas de milho.

Referiu o presidente da Assembleia Geral da "Manica Holdings" do qual a Manica Freight Services faz parte, que só uma efectiva coordenação regional será a base para que as importações dos países da África Austral cheguem aos seus destinos o mais rapidamente possível, ao mesmo tempo que poderá evitar graves situações de congestionamento nos portos.

"O porto de Dar-es-Salaam enfrenta já problemas de congestionamento e para o rápido escoamento de produtos para o Zimbabwe, por exemplo, será utilizado o porto da Beira e possivelmente o porto de Maputo utilizando-se o "Corredor do Limpopo", referiu.

Afirmou Piet Steyn que face às transformações que se operam na região, a Manica Moçambique deve também redobrar esforços no sentido de dar resposta às diversas solicitações. Disse que a Manica Moçambique tem representações em Maputo, Beira e Nacala e escritórios espalhados por diversas regiões do país, entre elas Xai-Xai, Inhambane, Nampula, Chimoio, Quelimane e Pemba.

"No quadro regional os corredores de Goba, Ressano Garcia, Limpopo Beira, Tete e Nacala desempenham um papel de extrema importância no encaminhamento das diversas mercadorias, em particular nesta fase em que a situação de seca obriga a muitos dos países da região a efectuarem importações de emergência", disse.

Moçambique adota ensino pelo vídeo que o Brasil criou

O Projeto Vídeo-Escola, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e pela Fundação Banco do Brasil, vai ser adotado pela primeira vez no exterior. Através de um convênio entre a Fundação Roberto Marinho, o Projeto de Melhoria das Escolas Pré-Universitárias de Moçambique e o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil em Maputo, o Vídeo-Escola vai passar a ser utilizado naquele país.

A metodologia do ensino apoiado pelo vídeo será fornecida a 20 professores das escolas pré-universitárias de Moçambique, num seminário em Maputo, de 81 deste mês a 3 de abril, sob

a orientação das coordenadoras do projeto Wanda Palma e Berenice Fagundes.

Segundo Wanda Palma, o Projeto Vídeo-Escola oferece a perspectiva de um trabalho de "animação pedagógica", levando para a sala de aula os conteúdos de História, Geografia, Ciências e Comunicação e Expressão com a mesma intensidade e riqueza de imagens que chegam a quem assiste à televisão. Ela acrescentou que as "viagens com o vídeo" vão do fundo do mar ao interior do corpo humano, das galáxias às periferias urbanas, da Pré-História ao Século XXI.

Wanda informou que o Vídeo-

Escola é constituído por 97 fitas, contendo 422 programas. Não são aulas prontas, daí a necessidade da participação dos professores e dos alunos na exploração do seu potencial educativo. Segundo ela, cada professor deve planejar a utilização do Vídeo-Escola, formulando sua própria proposta de trabalho, visando estimular a criatividade e a consciência crítica dos alunos.

A coordenadora concluiu dizendo que a Fundação Roberto Marinho espera que o convênio com Moçambique abra perspectivas para a adoção do Vídeo-Escola em outros países da língua portuguesa na África.

O GLOBO-18/03/92

Barbara Klugman, antropóloga sul-africana, ao PÚBLICO

"O cricket é que decidiu o referendo"

Do novo mundo
Jorge Heio
em 1984

Um milagre na África do Sul

FOI COMO que o derrube do Muro de Berlim. Num dia memorável, toda a alquimia de mudanças que fermentava na África do Sul se conjugou num acontecimento único e simbólico: quando os 3,2 milhões de eleitores brancos do país preferiram um estonteante "sim", de 66,7 por cento, para continuar a negociar uma nova constituição com os negros.

O Presidente F. W. de Klerk descreveu-o como um ponto de viragem decisivo na história do país. Mas foi mais do que isso. Foi um milagre. Esta foi a primeira vez que, em toda a África, uma comunidade branca votou a favor de uma transição voluntária para o poder de maioria negra.

Em todos os outros sítios — desde a Argélia até ao Quênia e à Rodésia — combateram-se com unhas e dentes, repetindo os dirigentes moderados e voltando-se cada vez mais, na sua obstinação, para os de extrema-direita. Agora, os criadores do "apartheid", os mais notórios opressores raciais do continente, procederam pela inversa, marginalizando os seus "direitistas" e optando em massa pela reconciliação racial. "Annus mirabilis".

A diferença está em que os brancos sul-africanos não são colonizadores. A maioria, em particular os afrikaners, está aqui tão enraizada quanto os brancos norte-americanos nos EUA. Não têm uma pátria metropolitana para onde voltar, não têm um torrão pátrio para sobreviver à morte dos postos avançados. Aqui permanecem ou perecem como entidade cultural.

(...) Quando, mais a norte, os colonos brancos atingiram esse ponto, fugiram. Fugiram para a pátria ou para sul. Vindos do Quênia, do Congo, da Zâmbia, de Moçambique, do Zimbábue, os racistas brancos do continente precipitaram-se para o Sul, quais destroços diante de uma vaga que seriam depositados no solo do "apartheid" da África do Sul. Mas a estrada acaba aqui: a África do Sul não pode evacuar os seus racistas para a Antártida. Aqui chegado, eles têm de se virar e enfrentar a realidade.

Há quatro semanas apenas, estavam ainda dispostos a escamotear o problema e a expressar um voto de protesto mudo numa votação menor contra o reformismo de De Klerk. Mas quando este convocou o referendo, tornou também clara a sua posição, afirmando que, se perdesse, se demitiria e convocaria eleições gerais.

Isso significava que a escolha era realmente entre ele e o chefe da extrema-direita, Andries Treurnicht, para a presidência — significando Treurnicht um regresso ao "apartheid". De Klerk conseguiu alarmá-los com um cenário do dia do juízo final, cenário este que implicava o levantamento da população negra, a imposição pelo mundo ultrajado de sanções piores do que nunca e o regresso do país às agruras do isolamento.

(...) Mas não nos devemos deixar levar pela euforia. Tal como o desmoronamento do Muro de Berlim não produziu uma paz e uma prosperidade imediatas na Europa de Leste, também a África do Sul tem ainda um longo caminho a percorrer. Os brancos podem ter voltado às costas ao "apartheid", mas têm ainda de abraçar a sua opção anti-racismo.

Muitos retraem-se ainda à ideia de um poder de maioria negra. O próprio De Klerk fala de "partilha de poder", uma linguagem de código para um sistema que tornaria brancos e negros parceiros iguais no Governo, apesar da sua disparidade numérica, e que eliminaria eficazmente as desigualdades sócio-económicas.

É essencial reestruturar. O "apartheid" era um sistema tanto económico como político. Os negros não só eram privados do voto, como mantidos na pobreza. A África do Sul branca não pode demorar apenas metade do seu "muro de Berlim".

Eles retraem-se também perante os movimentos negros: O Congresso Nacional Africano (ANC), de longe o maior e o mais importante, foi durante anos malvisto pelo aparelho de propaganda oficial como uma organização "terrorista marxista".

Na realidade, é um movimento notável que, ao longo dos seus 80 anos de história, quando clandestino, ameaçado, perseguido e sujeito ao sistema de opressão racial mais duradouro do mundo, se manteve ao princípio do anti-racismo. Nunca tentou mobilizar os seus adeptos na base de um contra-sistema, embora em algumas ocasiões tivesse sido obviamente a atitude mais expedita a assumir.

Enquanto outros partidos nacionalistas africanos fizeram campanha tendo por base a palavra de ordem "A África para os africanos", o credo do ANC manteve-se "A África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos".

É altura de os brancos responderem a isso. Tendo votado o virar costas ao "apartheid", impõe-se que apercebam essa mão que há tanto tempo "has é austeridade".

*Jornalista. Autor de vários livros sobre a África do Sul. Exclusivo PÚBLICO/The Washington Post

A violência e o desemprego são dois dos maiores obstáculos à democratização da África do Sul, onde a educação e a formação profissional se tornam cada vez mais uma prioridade. "A África do Sul ainda não é um país livre", explica a antropóloga Barbara Klugman, que ironiza: "Todos querem a paz" mas "o 'cricket' é que decidiu o referendo".

Uma antropóloga, coordenadora do grupo de direitos humanos Black Sash, disse ontem ao PÚBLICO que ainda não foram desmanteladas todas as estruturas do antigo aparelho da segurança e que algumas delas têm laços com o Inkhata, dirigido pelo príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi. E sublinhou a falta de liberdade política em certas zonas da África do Sul, designadamente nos bantustões pseudo-independentes, e o possível envolvimento do Estado na violência que mensalmente vitima centenas de pessoas.

Barbara Klugman, antropóloga social, a trabalhar na Escola Médica de Joanesburgo, manifestou a opinião de ainda não houve uma forte tentativa governamental de acabar com a violência que está a dilacerar o país e que "é um terrível obstáculo à realização de eleições gerais".

Segundo esta antropóloga, especialmente virada para a questão dos direitos das mulheres, "a África do Sul ainda não é um país livre" e o Partido Nacional continua a dominar a televisão e a rádio, não dando igualdade de acesso a todas as forças políticas.

Para Barbara Klugman, cuja organização foi criada em 1954 e se diz sem filiação partidária, é importante um debate generalizado sobre os direitos humanos e a educação cívica de todos os cidadãos, pois que — só por si — as negociações CODESA não bastam para democratizar o país.

"Basicamente, todos querem a paz; e o cricket é que decidiu o referendo realizado entre os brancos. Mas a desestabilização e a violência continuam; isso é que importa resolver. É assustador o terror que nos rodeia. O Governo tem o poder necessário para acabar com isso" — declarou.

"O poder político poderá vir a ser partilhado, mas a Afrikaner Broederbond continua a controlar a economia e as finanças", disse Barbara, para quem a Anglo-American

e outros importantes grupos económicos vão manter-se ainda por muitos anos numa posição dominante, mesmo que nos bastidores.

A língua do "apartheid"

Afirma que educação e a formação profissional deverão ser prioritárias para as novas autoridades do país, bem como a criação de novos postos de trabalho, dado que a existência de milhões de desempregados facilita o perpetuar da violência e da criminalidade.

"Não há uma família [negra] que não tenha tido uma pessoa na prisão. Que não tenha sido, de um modo ou outro, atingida pela violência. Há que criar agora um futuro para a juventude, por meio da educação cívica e da formação profissional", concluiu.

Enquanto isto, Nelson Mandela convidou o Congresso Pan-Africano (PAC) e a Organização Popular Azãnia (Azapo) a sentarem-se na CODESA, ao lado do ANC, acabando com as suas atitudes de extrema-esquerda. E fez uma enérgica defesa da língua afrikaans, dizendo que é falada por mais de 80 por cento dos negros sul-africanos: "Passará a ser a língua do povo, e da democracia, depois de ter sido a língua do opressor, da língua e das cadeias".

Moçambique aceita propostas

A ASSOCIAÇÃO Industrial Portuguesa e a Associação Industrial de Moçambique assinaram no sábado um protocolo de cooperação que contempla, essencialmente, a promoção de um modelo de desenvolvimento empresarial naquele país. No documento, fica clara a aceitação e o comprometimento dos empresários moçambicanos no projecto, que consiste na criação de "nichos de empresas" apoiadas por capital de risco. O objectivo é concentrar diferentes actividades complementares que permitam diminuir os custos e o risco. O modelo proposto pela AI Portuguesa encontrou "grande receptividade" junto do Governo local, segundo o presidente da associação portuguesa, Ludgero Marques. Em encontro com diversos ministros ligados às actividades económicas, com o primeiro-ministro e com o Presidente da República de Moçambique, Joaquim

Chissano, foram discutidos os pormenores do plano, tendo os governantes mostrado interesse em apoiá-lo. O próprio Joaquim Chissano esteve presente na cerimónia que se seguiu à assinatura do protocolo, o que atesta a receptividade do projecto em Moçambique e a importância dada à presença da delegação portuguesa. Chissano advertiu no entanto os empresários portugueses de que a sua ajuda à criação de uma classe empresarial no país será bem-vinda desde que "venham de boa-fé e tragam bons exemplos à sociedade moçambicana". Ainda na área institucional, através da sua divisão de formação profissional, a AI Portuguesa assinou um acordo com o Centro de Formação Industrial de Moçambique que prevê o desenvolvimento de acções de formação entre Junho e Agosto deste ano, implicando um investimento de 60 mil contos. Envolvida nestas acções

está a Associação Industrial de Moçambique, que terá um papel de "acompanhamento" de todo o programa. As áreas escolhidas para esta primeira fase foram as da formação de formadores e gestão da produção. Incluem-se ainda áreas destinadas às técnicas de chefia, secretariado executivo de direcção, técnicas de atendimento e gestão integrada de recursos humanos. Outro resultado dos contactos entre a associação empresarial portuguesa e as autoridades moçambicanas foi a oferta de um edifício na baixa de Maputo, a casa Poto (recentemente destruída por um incêndio), para reconstrução pela AI Portuguesa. Em causa estará um investimento de "muitas dezenas de milhares de contos" e o edifício destinará-se à instalação de uma delegação em Moçambique, bem como para criar vários escritórios de re-

presentação de empresas portuguesas em centro cultural. Além dos aspectos institucionais, o âmbito empresarial em Moçambique permitiu às 35 empresas representadas um contacto permanente com parceiros locais. Mais de uma centena de encontros individuais foram já conseguidos, com o apoio da delegação do Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) em Maputo, que desde o início apoiou a delegação de negócios, quer na capital quer na Beira. Considerados "pouco mais que exploratórios", os contactos entre as empresas dos dois países têm revelado, essencialmente, manifestações de "bons interesses" de investimentos que, na maior parte das vezes, encontram com dificuldades burocráticas e de financiamento em "acesso forte". Já na área comercial as coisas são diferentes. Foram concretizadas diversas negociações de fornecimentos especialmente nas áreas dos vestuários, vestuário e alguns bens de equipamento.

Região Centro, em Moçambique

FW vence espectro de Gorbatchov

Benjamim Formigo em PRETÓRIA

AS COMPARAÇÕES entre Frederik W. De Klerk e Mikhail Gorbatchov têm sido inevitáveis. Subido ao poder há dois anos - após a doença do ex-Presidente Pieter Botha, que De Klerk afastou da presidência numa luta bastante desagradável -, o actual Presidente do Estado sul-africano movimentou-se rapidamente, aproveitando o caminho iniciado pelo seu antecessor para acabar com o «apartheid» e construir uma nova África do Sul.

Internacionalmente, Frederik De Klerk e Mikhail Gorbatchov gozam de um prestígio muito superior ao que têm nos seus países. Os dois homens enfrentaram nações com graves problemas económicos e diferenças étnicas e raciais. Os dois tiveram de lutar com forças ultraconservadoras e os dois combateram o próprio sistema que os formou e que durante anos serviram e apoiaram.

A crise sul-africana é a maior desde a Grande Depressão, nos anos 30, o desemprego subiu para os 43 por cento e a criminalidade atingiu valores sem precedentes.

Mikhail Gorbatchov criou as condições e promoveu a queda do Muro de Berlim. Figurativamente, De Klerk fez o mesmo com o referendo do dia 17. Allister Sparks - um liberal -, ex-director do prestigiado, e desaparecido, «Rand Daily Mail», e um dos analistas políticos de maior prestígio na África do Sul, não teve um momento de hesitação ao afirmar: «Foi como a queda do Muro de Berlim. Num dia memorável toda a atmosfera de mudança que vinha fermentando na África do Sul juntou-se num único e simbólico acontecimento quando os 3.279.303 eleitores brancos deram ao «sim» um espantoso mandato de 68,7 por cento para a negociação com os líderes negros de uma nova Constituição não racial».

A vitória de De Klerk terá feito com que o seu caminho se afastasse do do líder soviético.

Mas se Gorbachev era o líder de uma parte da maioria branca - caucasiana -, De Klerk é apenas o líder de uma parte da minoria branca sul-africana.

A derrota eleitoral do Partido Nacional, no final de Fevereiro, em Potchefstroom, perdendo pela segunda vez em seis meses para o Partido Conservador (KP), levou Frederik De Klerk a desencadear a ofensiva que, de acordo com fontes do próprio Partido Nacional, preparava desde Dezembro de 1991. O Presidente convocou o referendo sobre a continuação das

conversações na Codesa (Convenção para uma África do Sul Democrática) e pôs a sua cabeça no cepo ao anunciar que se demitiria caso perdesse.

Propostas de transição

Vencido o referendo, o PN avançou de imediato com propostas para a transição. O Governo comprometeu-se a apresentar até ao final de Abril uma proposta detalhada para uma Constituição transitória contemplando a existência de um Governo de transição integrando representantes dos partidos minoritários com participação significativa nas duas Câmaras propostas: uma eleita com base na representação proporcional, outra integrando representantes regionais.

Uma presidência rotativa entre os líderes dos três ou cinco partidos mais fortes na Assembleia Nacional e uma Carta de Direitos Fundamentais. Porém, o actual Governo manter-se-á apoiado por quatro Conselhos Transitórios, responsáveis por áreas específicas, neles tendo assento representantes de todos os participantes na Codesa.

A proposta não foi recusada pelo ANC, mas o movimento de Nelson Mandela não deixou de manifestar sérias reservas por «a proposta governamental manter o actual Governo até à posse de um corpo constitucional eleito divergindo de um acordo já existente e segundo o qual as decisões da Codesa seriam implementadas através de emendas à actual Constituição».

As propostas do PN, no poder, estão abertas a alterações e a maioria dos analistas sul-africanos continua a admitir que até ao final de Abril os cinco grupos de trabalho da Codesa consigam chegar a acordo. Se assim for, as decisões poderão ser ratificadas em plenário da Conferência ainda durante o mês de Maio e a administração de transição poderá tomar posse em Junho, preparando o caminho para as eleições gerais, finalmente com base no princípio «um homem, um voto».

O caminho parece de resto estar agora facilitado para o PN, já que os ultraconservadores, brancos ou negros, se apresentam divididos após o resultado esmagador do referendo.

EXPRESSO
28 DE MARÇO DE 1992

Pietersburg compensa derrota dos radicais

PIETERSBURG, o reduto dos conservadores no Norte da Província do Transvaal, foi o único círculo em que, em toda a África do Sul, o Presidente Frederik De Klerk foi derrotado.

Contrariando a tendência nacional, Pietersburg manteve-se irreductível. O «não» — às conversações com o ANC e com a maioria negra e às mudanças que se seguirão — venceu com 56,8 por cento dos votos expressos. «Estamos muito chocados com o resultado nacional, mas estamos orgulhosos de Pietersburg», comentava no final da semana passada uma secretária regional do Partido Conservador (KP), líder da campanha pelo «não». Porém, em Pietersburg, como noutros bastiões conservadores do Norte, ninguém admitia uma vitória do «não». «Esperávamos que o «sim» ganhasse com uma margem pequena», afirmava em Brits, uma pequena localidade também conservadora, a noroeste de Joanesburgo, um militante do KP. Todavia os homens e mulheres do movimento neonazi Afrikaner Weerstandsbeweging (Organização da Resistência Afrikaner) acreditavam na vitória. «Não vamos negociar com «kaffirs» (negros) e comunistas», exclamava exaltado um militante do AWB no seu uniforme de caqui com o «triplo sete» que estiliza a cruz suástica.

«Os «kaffirs» no Governo vão ser um problema», afirmava por seu turno a secretária do KP em Pietersburg. E durante a sua campanha pelo «não» o KP e os seus associados, do AWB ou de organizações cívicas, não se coibiram de considerar De Klerk o «anti-Cristo» em virtude das reformas que se propõe negociar. «A segregação (racial) está contemplada na Bíblia — insistia em Pietersburg um militante conservador. — Os negros sempre trabalharam para nós e não acredito que isso possa mudar».

De Klerk não deixou, no entanto, margem para dúvidas: «Fechámos o livro do apartheid». Hoje nasce uma nova África do Sul. Mas se a maioria afrikaner e inglesa concorda com o Presidente, há sectores radicais da sociedade sul-africana que não escondem a sua intransigência. O líder do Afrikaner Boer Volk (ABV), major-general Groenewald, disse aceitar o referendo como um facto estatístico. Mas isso não implica a aceitação de que um qualquer Executivo possa decidir do futuro dos afrikaner-boers. A verdade é que 876 mil cidadãos, representando no todo mais de um milhão e meio de pessoas, se recusaram a apoiar De Klerk, pelo que ele não pode ignorar a nossa vontade». Uma afirmação que muitos políticos independentes não deixam de fazer, embora no outro contexto.

O ultra-radical, mas carismático, líder do AWB, Eugene Terre'Blanche, não mudou o tom do seu discurso. Nos últimos meses, falava abertamente em confronto e na necessidade de o seu movimento se preparar para a revolução. Terre'Blanche considera que a derrota do «não» irá apenas dar mais força ao seu movimento, onde se preparará «para uma terrível revolução quando a maioria negra for Governo. «O momento do AWB chegou», diz o líder neonazi, acusando o Presidente de ter criado um «clima terrorista».

Muita gente não leva Terre'Blanche e os seus «comandantes» a sério. Mas segundo um analista económico, responsável pela avaliação dos riscos que correm os capitais do grupo a que está ligado, os AWB tem-se treinado em locais desconhecidos do cidadão comum. Não acredito que tenha força ofensiva, mas se quiser pode provocar uma situação bastante violenta». Outros, porém, encolhem os ombros

dirigentes do AWB e ferimentos em mais de meia centena de pessoas. Nessas mesmas ocasiões, o dr. Andreias Treunich, o reverendo calvinista que lidera o PK, afirmou que «a Guerra Boer começou!». Uma ameaça muito repetida pelos extremistas do Partido Conservador, e muito especialmente pelo seu líder, que se tornou alvo de troca entre a comunidade moderada afrikaner e inglesa.

Benjamim Formigo em Pretória e Joanesburgo

Queremos preservar as diferenças culturais

Jorge Heitor

Mendi Msimang, de 63 anos, antigo colega de Oliver Tambo e Nelson Mandela num escritório de advogados, considera importante que a Comunidade Europeia não levante as sanções que ainda existem contra a África do Sul, pois que, no seu entender, a democracia ainda não foi plenamente estabelecida: "É ilógico dizer que o abrandamento da pressão encoraja De Klerk a avançar no sentido da mudança."

Membro do Comité Executivo do ANC e representante do mesmo movimento nas Ilhas Britânicas, Msimang preside hoje e amanhã, em Lisboa, a uma reunião dos Movimentos Nacionais Anti-Apartheid da Comunidade Europeia, que se dizem preocupados com os indícios de abrandamento das sanções dos Doze a Pretória.

PÚBLICO — Como caracteriza a actual situação na África do Sul?

MENDI MSIMANG — Temos um sentimento de esperança e de confiança em que vingue o processo de resolução dos problemas por meios pacíficos; porque finalmente a grande maioria da comunidade branca optou pela mudança e contra o apartheid. Ao mesmo tempo, consideramos que o Presidente De Klerk poderá interpretar mal o resultado do referendo e entender que está acima da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa). Portanto, há esperança e há riscos.

P. — Para quando um Governo interino?

R. — Esperamos que em Agosto já haja um Governo de Unidade Nacional, formado a partir de todos os partidos que estão na Codesa. Mas este optimismo poderá ser prejudicado se De Klerk quiser actuar acima da Codesa.

P. — A extrema-direita afirma que o Presidente faz tudo o que o ANC quer.

R. — A direita ainda está a viver muito no passado, cega ao processo democrático que decorre em todo o mundo. Não consegue compreender que se entrou numa década de democracia, justiça e progresso para a humanidade.

P. — Depois de haver um Governo interino começa-se a pensar em eleger uma Assembleia Constituinte?

R. — O ritmo dependerá muito da Codesa, que tem de andar muito depressa para elaborar os princípios constitucionais a partir dos quais a Assembleia redigirá a Constituição. É possível que seis meses depois da criação do Governo interino se possa eleger a Assembleia Constituinte.

P. — Terão portanto a Assembleia daqui a um ano. E eleições gerais quanto tempo depois?

R. — Quando a Assembleia Constituinte terminar o seu trabalho, que poderá levar uns 18 meses. Entretanto, poderá ser ela a decidir quem é que fica como Presidente interino. De Klerk, Mandela ou qualquer outro.

P. — Para quando a transformação do ANC em partido?

R. — Estamos ainda a tentar ver-nos livres do apartheid. O nosso povo ainda não tem voto; por isso dizemos que a Codesa deve actuar com rapidez na formação de um Governo de Unidade Nacional, que dê voto ao povo da África do Sul. Então o ANC terá de reconsiderar a sua natureza, transformando-se de movimento de libertação em partido político.

P. — A direita acusa-vos de grande influência comunista.

R. — O argumento é falso. Temos cristãos, judeus, muçulmanos, sindicalistas, chefes tradicionais, brancos, pretos, indianos, mestiços, comunistas, socialistas, nacionalistas, sociais-democratas. Todos combatem pela eliminação do apartheid. Quando nos transformarmos em partido político, naturalmente não aceitaremos pessoas com dupla aliança. Terá de se ser só do ANC e respeitar um certo programa.

P. — Dizem que o ANC não é claro no seu programa económico.

R. — Temos de rever a nossa política no campo económico, educacional, cultural, da saúde e outros. Vamos fazer conferências políticas sobre estas questões, agora a partir de Maio.

P. — O Governo exige o desmantelamento do Umkonto we Sizwe, vosso braço armado.

R. — Continuamos a respeitar aquilo a que nos comprometemos. O Umkonto vai ser integrado nas Forças de Defesa e Segurança logo que se for-

me um Governo interino. O actual Governo levanta o problema para atrasar o processo e encobrir o seu malogro quanto à disciplinação das forças militares e policiais, inteiramente responsáveis pela violência a que se tem assistido.

P. — E as divergências étnicas, não são também responsáveis pela violência?

R. — Não creio que seja esse o problema. A separação das tribos é resultado do apartheid, que queria destruir a unidade para se perpetuar. Uma África do Sul democrática irá reeducar o povo. Caberá ao novo Governo encorajar pessoas de qualquer cor, religião ou sexo a viver e a trabalhar onde escolherem.

P. — Alguns brancos recebem viver num país governado por negros.

R. — É um receio infundado, sem consistência, expressão de pessoas que querem continuar a ocupar posições privilegiadas na sociedade. Queremos preservar as línguas, as diferentes culturas, as diferentes religiões.

P. — Quais as vossas perspectivas eleitorais?

R. — A julgar pelo elevado nível de popularidade actual do ANC, creio numa maioria muito confortável.

P. — Da ordem dos 55 por cento ou mais?

R. — Não coloco isso em termos numéricos.

P. — Crê que o Partido Nacional surja em segundo lugar, aí na ordem dos 20 por cento?

R. — Pode ser que pessoas do Partido Nacional passem para o Partido Democrático [liberal, chefiado por Zach de Beer]...

África do Sul suspende enforcamentos

O MINISTRO da Justiça sul-africano, Kabe Coetsee, decidiu prorrogar a moratória que impede a aplicação da pena de morte até ao fim das negociações constitucionais e à adopção de uma nova "carta de direitos" dos cidadãos. "O Governo espera uma decisão rápida sobre a futura constitucionalidade desta pena e pede a todas as partes interessadas que participem na discussão", acrescentou Coetsee. Os enforcamentos foram suspensos pelo Presidente De Klerk em 2 de Fevereiro de 1990, com o objectivo de proceder a uma reforma judiciária. No passado domingo, um jornal de língua africana anunciou a imminente execução de 17 condenados à morte (em 319 actualmente existentes) que haviam já esgotado as últimas possibilidades de recurso. A notícia motivou imediatos protestos, designadamente do ANC e de organizações de defesa dos Direitos Humanos.

Divergências sobre a transição

O GOVERNO sul-africano apresentou ontem, num documento de seis páginas, as suas propostas para um Governo de transição, mas o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, rejeitou-as imediatamente.

Estas propostas retomam, segundo a France Presse, as que tinham sido formuladas, em Junho último, no Congresso de Bloemfontein do Partido Nacional (NP, no poder), mas incluem uma novidade: a criação de conselhos transitórios.

Estes conselhos, nomeados pelo Presidente Frederik de Klerk, serviriam para resolver, designadamente, questões relacionadas com as eleições, governos regionais, governos locais, Finanças e, eventualmente, a Polícia e Forças Armadas.

Outras propostas referem-se à criação de um Parlamento de duas câmaras (uma Assembleia Nacional e um Senado), à instauração de uma presidência colegial rotativa (de seis em seis meses) composta por três a cinco personalidades das formações políticas mais importantes da futura Assembleia Nacional, cujo decisório seriam tomadas por consenso, e ainda uma declaração dos direitos humanos.

No caso das duas futuras câmaras do Parlamento, a Assembleia Nacional seria eleita segun-

do o sistema de representação proporcional, "por todos os cidadãos sul-africanos a partir dos 18 anos", e o Senado composto por representantes das regiões.

O ANC, num comunicado divulgado ontem, considerou "inaceitáveis" as propostas, alegando que dabanem a totalidade do poder nas mãos do actual Governo de minoria branca, que poderá agir, simultaneamente, como "juiz e árbitro".

A polémica sobre as modalidades da transição começou imediatamente a seguir ao referendo e será o objecto central da nova ronda das negociações Codesa, prevista para fins de Abril. O movimento de Mandela recusa-se a aceitar que a Constituição sul-africana permaneça inalterável até à eleição de uma Assembleia Constituinte.

Entretanto, em Johannesburg, a polícia informou ontem que pelo menos 21 pessoas foram mortas, a tiro ou à facada, durante o fim-de-semana, na província do Natal, palco de sangrentos confrontos entre militantes do ANC e do Inkatha.

Fazendo um balanço dos actos de violência envolvendo os dois principais movimentos de negros sul-africanos, a Reuters indicou que, no último mês, foram mortas cerca de cem pessoas por semana e que, nos últimos 20 meses, morreram 3 mil.